

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**MULTIFACES DO VOTO:
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2014 NO BRASIL**

Matheus Gomes Mendonça Ferreira

Juiz de Fora

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**MULTIFACES DO VOTO:
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2014 NO BRASIL**

Matheus Gomes Mendonça Ferreira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO-UFJF) como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Doutor Raul Francisco Magalhães

Juiz de Fora, 2016.

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ferreira, Matheus Gomes Mendonça.

Multifaces do voto : Eleições Presidenciais 2014 no Brasil /
Matheus Gomes Mendonça Ferreira. -- 2016.

84 p. : il.

Orientador: Raul Francisco Magalhães

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2016.

1. Eleições 2014. 2. Voto multifacetado. 3. Conjuntura. 4. Eleitor.

I. Magalhães, Raul Francisco, orient. II. Título.

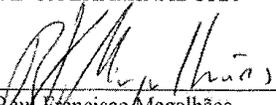
MATHEUS GOMES MENDONÇA FERREIRA

MULTIFACES DO VOTO: ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2014 NO BRASIL

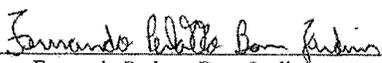
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de concentração: Cultura, Democracia e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em 10 de Novembro de 2016.

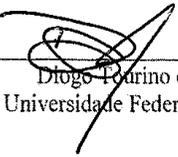
BANCA EXAMINADORA



Raul Francisco Magalhães
Universidade Federal de Juiz de Fora



Fernando Perlatto Bom Jardim
Universidade Federal de Juiz de Fora



Diogo Mourino de Sousa
Universidade Federal de Viçosa

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho, primeiramente, à minha avó Irene, por quem guardo infinitas saudades.

Aos meus pais, Juscilene Gomes e Gilmar Mendonça Ferreira, que sempre estiveram ao meu lado, dando o suporte necessário para que eu pudesse realizar meus sonhos. Ao meu irmão, Juliano Gomes, que sempre me despertou uma vontade de vencer na vida. À Fernanda Deister Moreira, meu amor, que sempre esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis, compartilhando minhas angústias e alegrias para com este trabalho.

Aos parentes mais próximos, tia Shirley, tia Célia, tio Toninho e tia Ângela meu muito obrigado por todo apoio.

Aos meus amigos de curso, Paulo César Caminha Ramos Filho (Paulinho), Samuel Marcenes (Samuca), Daniela Pedrosa (Dani), Jonathan Dorini (Johw), William Assis (Will), Rafael Barbosa, Matheus Vital (Matheusinho), Daví Dionysio, com quem tenho uma amizade sincera.

Ao meu orientador, Raul Francisco Magalhães, que, desde 2010, acreditou no meu trabalho, auxiliando com maestria na minha formação acadêmica, profissional e ética.

Aos meus mestres, em especial aos professores Fernando Tavares Jr., Paulo Fraga e a professora Marta Rocha.

Ao Colégio dos Santos Anjos de Juiz de Fora, que me acolheu desde 2013. Em especial, aos meus queridos colegas de trabalho: Bráulio Reis, Ana Rita Xavier, Josélio Júnior, Gerry Adriano, Edson Ferrarezi, Edmundo Júnior, Cátia da Silva, Irmã Bélgica, Irmã Maria da Glória Ghetti, Cláudia Castro Amaral, Mônica Jacomedes, Mônica Rocha, entre outros.

Ao projeto Liga Jovem do Colégio dos Santos Anjos, pelo qual guardo enorme admiração.

Ao Colégio Equipe de Juiz de Fora, que, desde 2016, acredita em meu trabalho e na diferença que a Sociologia faz para a formação dos jovens estudantes. Em especial, ao André Carneiro e William.

A todos os meus alunos e alunas, que me possibilitaram, através do ensino, aprender a cada dia mais.

À Kelly Alvim, Márcio Emílio e todos amigos da KM, por terem despertado em mim a paixão pelo conhecimento.

Ao Colégio dos Santos Anjos de Além Paraíba e ao Colégio Cenecista Prof. Sérgio Ferreira.

À CAPES.

A Universidade Federal de Juiz de Fora, e ao departamento de Ciências Sociais.

Agradeço à Fernanda Vivacqua pela revisão técnica do trabalho.

RESUMO

Afirmar que as eleições 2014 no Brasil resultaram na divisão eleitoral entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste não é a melhor maneira de compreender este processo político. Os dados mostram que há uma disputa particular dentro de cada estado e que cada eleição deve ser compreendida não só pelo histórico eleitoral de processos anteriores, mas também através de uma lógica interna própria ao momento em que ocorre. Essa equivocada polarização entre macrorregiões conduz o leitor a interpretar o voto a partir de uma lógica puramente econômica, ao passo que este estudo avança sobre a necessidade de pensar o eleitor sobre as multifaces do voto.

Palavras-chave: Eleições 2014, eleitor, voto multifacetado, conjuntura.

ABSTRACT

To affirm that the 2014 elections in Brazil resulted in the electoral division between North / Northeast and South / Southeast is not the best way to understand this political process. The data show that there is a particular dispute within each state and that each election must be understood not only by the electoral history of previous processes but also by an internal logic proper to the moment in which it occurs. This mistaken polarization between macro-regions leads the reader to interpret the vote from a purely economic logic, while this study advances the need to think about the multifaceted voters.

Keywords: Elections 2014, multifaceted vote, conjuncture.

Índice de tabelas

Tabela 1: Quantidade de Parlamentares por Partido – 2014-2018.....	62
Tabela 2: Variação do desempenho eleitoral nos estados – 2010-2014.....	63
Tabela 3: Razão Eleitoral por UF/IDH.....	80
Tabela 4: Desempenho eleitoral (em milhões de votos) por perfil dos municípios (2014)	81

Índice de figuras

Figura 1: Pesquisa das pesquisas – Linha de Tendência de Polinomial de Ordem 2 - Brasil	61
Figura 2: Mapa Eleições Presidenciais 1994 no Brasil – 1º turno.....	64
Figura 3: Mapa Eleições Presidenciais 1998 no Brasil – 1º turno.....	65
Figura 4: Mapa Eleições Presidenciais 2002 no Brasil – 1º e 2º turno.....	66
Figura 5: Mapa Eleições Presidenciais 2006 no Brasil – 1º e 2º turno.....	67
Figura 6: Mapa Eleições Presidenciais 2010 no Brasil – 1º e 2º turno.....	68
Figura 7: Mapa Eleições Presidenciais 2014 no Brasil – 1º e 2º turno.....	69
Figura 8: PSDB vs. PT / IDH por UF (1994-2014).....	70
Figura 9: Eleições 2014 por Cidade – Visão Geral.....	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
PARTE 1	12
CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA	12
PARTE 2.....	17
CAPÍTULO 2 – ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2014.....	17
2.1 As “Jornadas de junho”	17
2.2 Eleições 2014	21
2.3 Um Brasil dividido?	24
PARTE 3	31
CAPÍTULO 3 – POR UMA SOCIOLOGIA DO VOTO	31
3.1 O modelo Michigan	37
3.2 <i>Rational choice</i>	42
PARTE 4	50
CAPÍTULO 4 – ELEIÇÕES 2014, MANIFESTAÇÕES PRÓ-<i>IMPEACHMENT</i> E O ELEITOR NÃO-RACIONAL	50
4.1 Teoria do voto e Eleições	52
CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
SITES CONSULTADOS	60

ANEXOS	61
---------------------	----

INTRODUÇÃO

Eleições podem significar ciclos políticos que se encerram e são inaugurados. Podem significar o sucesso ou o fracasso de partidos e/ou candidatos. Podem revelar agendas políticas que estão em maior ou menor evidência no momento. Podem proporcionar tanto a continuidade de políticas do governo anterior quanto inaugurar novas políticas, configurando um cenário de “*window of opportunity*”, segundo John Kingdon.

The window of opportunity may close unexpectedly; the election may yield an unexpected winner; a gate-keeper may lose their position. This is why Kingdon talked about probabilities of outcomes rather than point predictions. Similarly to how climate scientists or evolutionary biologists understand structure but discuss probabilities, Kingdon did so, most explicitly in the most recent edition of *Agendas*, where in the epilogue he discusses President Obama’s health care initiative (2010). (BAUMGARTNER, 2015, p.10).

Uma análise eleitoral pode ser feita a partir de diversos escopos. Os recortes variam desde a análise dos sistemas eleitorais, sua história e arquitetura institucional; como os políticos se comportam no jogo de disputa por cargos políticos, as estratégias e as alianças e; como os eleitores orientam suas escolhas, os fatos que influenciam nas escolhas dos eleitores por determinado candidato ou partido (NICOLAU, 2012). Dentre estas, o presente trabalho terá como escopo a forma como os eleitores orientam suas decisões, trabalhando especificamente sobre as eleições presidenciais de 2014 para o governo federal. É preciso, desde já, reconhecer que, tanto as regras do jogo eleitoral, quanto as formas como os políticos competem na disputa eleitoral, influenciam a forma como os eleitores fazem suas escolhas.

Não há consenso sobre a melhor explicação sobre como os eleitores orientam suas escolhas. Muitos modelos foram desenvolvidos para dar conta desse problema sociológico.

No campo do comportamento eleitoral, destacam-se três grandes correntes teóricas, a saber:

- 1) Modelo Michigan;
- 2) Modelo Sociológico;
- 3) Modelo Economicista (*Rational Choice*).

Em cada uma destas abordagens, encontram-se formas diferentes sobre as motivações das escolhas dos eleitores. Embora haja muitos outros modelos para compreensão do comportamento eleitoral, sendo tais modelos construídos a partir de pesquisas empíricas locais, as três perspectivas acima destacadas serviram de arcabouço para o desenvolvimento de novos modelos.

No Brasil, embora Radmann (2001) aponte as teorias mais influentes para compreender o comportamento dos eleitores vinculadas às abordagens psicológica e sociológica, Silveira (1998) abordará a

história do comportamento eleitoral no Brasil em um sentido muito mais plural. Nas últimas eleições presidenciais no Brasil (2014), observou-se em evidência a construção da correlação causal entre “assistencialismo governamental” e “voto no Partido dos Trabalhadores” (PT). Ou seja, aqueles eleitores que são assistidos pelos programas de assistência social – com mais evidência ao Programa Bolsa Família (PBF), um programa de transferência direta de renda – inevitavelmente votariam em Dilma Rousseff (candidata à época pelo PT). Essa correlação, se for forte, nos permite teorizar sobre o comportamento dos eleitores de diferentes maneiras: a primeira diz respeito ao comportamento coronelístico, em que os eleitores, por viverem em condições de “desvantagem social”, estabelecem um sistema de trocas eleitorais com os candidatos/partidos. Tal pressuposto nos leva ao comportamento eleitoral apresentado por Vítor Nunes Leal (2012) em sua obra “Coronelismo, Enxada e Voto”. Uma segunda leitura, por outro lado, nos aproxima da racionalidade do eleitor, que diz que este, através de uma análise de custos e ganhos, como se estivesse em um mercado político, optasse pelo candidato que mais lhe oferecesse ganhos ou reduzisse suas perdas.

A diferença desta concepção, em relação a primeira, é que nenhum eleitor se distinguiria, uma vez que todos, independentemente de sua condição social, intencionaria votar no candidato que lhe trouxesse mais benefícios privados. Logo, enquanto a primeira abordagem traria como centro da análise uma questão de cultura política enraizada por uma estrutura organizacional (Política dos Governadores), a segunda lançaria mão apenas de um cálculo frio e racional.

Este debate, que relaciona assistencialismo ao voto, ganhou contornos ainda mais problemáticos, ao ser utilizado como instrumento para vilipendiar os eleitores do PT das regiões Norte e Nordeste, onde o partido obteve uma representativa vitória eleitoral. Nos instrumentos de rede social, como *facebook* e *twitter*, via-se comentários como:

“NORDESTINO TEM QUE BATER palma pelo voto democrático”, disse um usuário. Um outro afirmou “Povo nordestino tbm é burro p crlh, bolsa família aumenta mas a inflação aumenta o dobro. Vão estudar, seus cangaceiros fdp”. “O bolsa farofa dos nordestinos está garantido”, disse outro, em referência ao programa Bolsa- Família.

Uma usuária escreveu “Nordestino, por favor não venham para São Paulo procurando uma vida melhor, lembre-se: você votou na Dilma #RIPBrasil”. Uma outra, mais exaltada, exclamou em caixa alta “*** VONTADE DE MATAR ESSES NORDESTINOS TODOS” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 26 de Outubro de 2014)¹.

Não é incorreto, do ponto de vista sociológico, afirmar que o PBF tenha algum efeito sobre a intenção e a escolha dos eleitores. Jairo Nicolau (2014) apontou para a correlação positiva que há entre voto em Lula e Dilma e a cobertura do programa.

1 O Estado de São Paulo, 24 de Outubro de 2014. **Após reeleição de Dilma, eleitores do Nordeste são atacados nas redes sociais.** Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes.apos-reeleicao-de-dilma-eleitores-do-nordeste-sao-atacados-nas-redes-sociais,1583393>. Acessado em 27 de julho de 2016, às 20:28 horas.

A título de exemplo, a cidade de Junco do Maranhão (MA), cuja cobertura do PBF chega a 40,33%² da população, que viu seu IDHM subir de 0,372, em 2000, para 0,552, em 2010, segundo IBGE³, apresentou, nas eleições presidenciais de 2014, uma votação de 80,89% em Dilma Rousseff, no primeiro turno, e 83,95%, no segundo turno. Em outra cidade, Auriflama (SP), cidade com uma das menores taxas de cobertura do PBF, as eleições mostraram dados favoráveis a Aécio Neves, 55,17%, contra 44,83% de Dilma (segundo turno).

Outra questão, que marcou as eleições de 2014, foi a fragmentação espacial do voto no Brasil. Acreditou-se, observando os dados através das vitórias nas Unidades Federativas, que as eleições ficaram marcadas pela divisão entre as regiões Norte e Nordeste, como território eleitoral do PT, e as demais regiões, como território eleitoral do PSDB. Uma leitura superficial dos dados permite dizer que as regiões Norte e Nordeste decretaram a vitória de Dilma Rousseff. As discussões que levantaremos em outras partes deste trabalho almejam problematizar essa afirmação.

Dessa forma, posto nosso referencial teórico e os elementos descritivos sobre as eleições 2014 no Brasil, precisamos elaborar as questões de pesquisa, que, segundo Normam Blaike (2009), devem seguir questões do tipo descritivo (*what questions*) e explicativo (*how and why questions*). Inevitavelmente, segundo o autor, questões descritivas devem anteceder questões explicativas, uma vez que só é possível explicar um fenômeno após descrevermos suas características e atributos intrínsecos.

Assim, a primeira questão, descritiva, será colocada da seguinte forma: o que ocorreu na disputa presidencial de 2014 no Brasil? Quais atores e partidos estavam em disputa? Quais deles realmente tiveram chances reais de vencer a disputa? Quem venceu e qual a diferença para o segundo colocado? O partido vencedor veio da “oposição” ou da “situação”? O que as pesquisas de intenção de voto registraram durante o processo? Qual partido venceu em cada Unidade Federativa? Ressalta-se, ainda, que, nessa parte do trabalho, faremos uma análise longitudinal desde as eleições presidenciais de 1994.

Respondendo as questões acima, poder-se-á avançar na segunda questão de pesquisa, explicativa. Por que os eleitores escolheram determinado(a) candidato(a) e não outro(a)? Quais as melhores explicações para o voto nas eleições de 2014 para presidência no Brasil?

2 Calcula-se o total de família assistidas pelo Programa Bolsa Família (PBF), segundo DATASUS, e multiplica-se por 2 (média de filhos das famílias assistidas pelo bolsa família) e divide-se pela população estimada de 2015, segundo IBGE.

3Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=210565&idtema=118&search=maranhao|junco-do-maranhao|C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm->. Acessado em 27 de julho de 2016 às 20:43 horas.

PARTE 1

CAPÍTULO 1

METODOLOGIA

Em períodos eleitorais, muitas são as pesquisas de opinião pública que competem para gerar a melhor compreensão ou previsão do processo. Holofotes recaem sobre elas, pois constituem peça importante do processo eleitoral. Atores políticos, como candidatos e partidos, constroem suas estratégias baseadas nessas pesquisas, pesquisadores podem se valer destas para elaborar quadros analíticos e eleitores podem direcionar seu voto a partir dos resultados. Contudo, os usos dessas pesquisas configuram algo problemático para o campo das Ciências Sociais devido a diversos fatores, entre eles: i) o princípio mercadológico pelo qual muitas destas pesquisas são realizadas; ii) sua característica “estática”, em vez de capturar a preferência revelada do eleitor; iii) o tamanho da amostra que não captura o eleitorado em sua heterogeneidade; e iv) por capturar a posição do eleitor em relação a algum tema apenas no dia da pesquisa, em vez de capturar sua posição política que sinalizaria um resultado mais próximo do dia da eleição.

Para Eisenberg e Vale (2009), o uso de pesquisas de opinião pública pode comprometer a qualidade da pesquisa devido à precariedade da mesma, pois capturam apenas opiniões quase instantâneas perante as perguntas do pesquisador e por não capturarem uma das variáveis mais importantes de um processo eleitoral, que são as influências de fatos e factoides de maior impacto às vésperas das eleições.

As pesquisas de opinião pública também não passam incólume para Pierre Bourdieu. Segundo o sociólogo francês, tais tipos de pesquisas são postulados em três ordens:

1. Toda pesquisa de opinião supõe que todo mundo pode ter uma opinião ou que a produção de uma opinião está ao alcance de todos.
2. Supõe-se que todas as opiniões se equivalem.
3. Está implícita a hipótese de que existe um consenso sobre o problema, dado o simples fato de fazer a mesma pergunta para todo mundo.

A crítica de Bourdieu a esse tipo de pesquisa passa pela própria abordagem sociológica do autor, que coloca em evidência as disputas de poder nos “campos” e a construção dos *habitus*, os elementos duráveis ou permanentes da ação.

Em outras palavras, as pesquisas de opinião captam bastante bem a estrutura das opiniões num dado momento, em situações de equilíbrio, mas captam muito mal os estados virtuais da opinião e, mais exatamente, os movimentos da opinião; isto por captarem as opiniões numa situação que não é a real, segundo a qual as opiniões se constituem, e por apreenderem as opiniões e não as disposições duráveis das quais são o produto (BOURDIEU, P. apud THIOLENT, Michel, 1981. p. 137-151).

Contudo, as pesquisas de opinião pública, voltadas para a compreensão dos fenômenos eleitorais, não devem ser compreendidas somente através de sua precariedade intrínseca. Segundo Eisenberg et al (2009, p. 2):

Parte dos motivos que explicam a precariedade das pesquisas de opinião pública enquanto instrumentos de prognóstico resultam das características do processo eleitoral enquanto fenômeno social. Eleições têm certas características intrínsecas que as tornam um sistema complexo e descentralizado de produção de decisão, em que a interação entre os eleitores é fundamental para a decisão do voto.

Dessa forma, muito das limitações das pesquisas de opinião se devem a má compreensão, por parte do pesquisador, do sistema político-eleitoral ao qual se está investigando. Visando uma crítica a Bourdieu, devemos levantar a questão se, em caso de as pesquisas de opinião pública (sobre eleições) serem realizadas num *continuum*, em que se atente para as diversas variáveis que possam ocorrer ou surgir durante o período eleitoral, não possibilitaria superar esse quadro virtual e fornecer uma imagem real do fenômeno?

A técnica de *panel studies* foi utilizada por Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1968), ao investigar o comportamento eleitoral do norte-americano em *Erie County*. Estabelecia-se um grupo de controle de três mil entrevistados, no qual, durante um determinado período de tempo, sete meses aproximadamente, foram realizadas entrevistas sobre a opinião deste eleitorado. O eleitorado era dividido em quatro grupos, de forma randomizada. Embora a técnica de *panel studies* seja uma alternativa para amenizar os problemas colocados por Eisenberg e Bourdieu, não se descartava outros possíveis problemas decorrentes dessa técnica, como mostra a reflexão de Lazarsfeld et al:

One question about panel studies troubled us from the very beginning. Does the repetition of interviews affect the responses? For example, if one informs a group of people that they will be successively reinterviewed as to whether they know the geographical location of Saigon, the proportion of positive replies will rapidly increase (LAZARSELD et al, 1968, p. xii).

Essa questão deve ser levantada, pois as mais recentes pesquisas eleitorais demonstram alcançar um grau de previsão efetiva sobre os resultados finais do processo. As estratégias estatísticas, utilizadas por Nate Silver⁴ para analisar as eleições presidenciais norte-americanas, surpreendeu, ao prever o resultado das eleições presidenciais utilizando técnicas de *poll of polls* (pesquisa das pesquisas). Esse tipo de metodologia preditiva, que trabalha com os diversos dados advindos das mais variadas pesquisas eleitorais que surgem durante as eleições, pode ser prejudicado pelo fato de cada instituto de pesquisa optar por diferentes modelos de perguntas, abordagens, preenchimento dos questionários, tabulação e análise do banco de dados. Erros advindos dessas diferenças podem ser considerados de “boa fé”. Ocorrem também os erros de “má fé”. Estes são caracterizados pelo caráter mercadológico que compromete a pesquisa, ao direcioná-la para um resultado desejado que, possivelmente, influencie o eleitorado e os financiadores de campanhas.

Outros tipos de distorções, que podem ocorrer com esse tipo de metodologia, tem possibilidade de advir das teorias estatísticas adotadas. Segundo Wladimir Gramacho (2013:66):

A começar pela própria teoria estatística, que ensina que em uma pesquisa com 1000 entrevistados, os dados de intenção de voto de um candidato que tenha entre os eleitores 50% de apoio terão margem de erro de 3 pontos percentuais em um intervalo de confiança de 95%.

As pesquisas pré-eleitorais, assim como qualquer outro tipo de pesquisa, estão passíveis a erros. Mas, como temos observado, elas mais têm contribuído para capturar os fenômenos eleitorais do que dificultado as análises. Na eleição presidencial de 2014 no Brasil, no primeiro turno, as previsões eleitorais foram bastante criticadas pelo “erro”, comparando-se ao resultado final. Por outro lado, para o segundo turno, as previsões se mostraram mais calibradas, “acertando” o resultado final. Vale lembrar que, além da crítica que Eisenberg e Vale (2009) fazem aos métodos de pesquisa, por não incluírem elementos intrínsecos ao processo eleitoral, as eleições estão passíveis a interferências “externas”, como o acidente fatal de um dos candidatos e a entrada de outro ator importante no processo, incidindo, assim, nos resultados.

Reconhece-se que não há nenhuma prova de que aquele entrevistado, por demonstrar intenção de voto num determinado candidato, realmente opte pelo mesmo candidato na urna. A opinião do eleitor, ao mesmo tempo que pode permanecer invariável por meses, pode mudar no caminhar do início da seção eleitoral até a urna.

⁴Nate Silver é um estatístico fundador do site: <http://fivethirtyeight.com> e foi colunista no *The New York Times*. Atualmente, trabalha para a *ESPN*.

Assim, o presente trabalho buscará articular diferentes recursos metodológicos para compreender o objeto analisado. Irá se trabalhar com dados secundários, oriundos das pesquisas de opinião realizadas durante o período eleitoral, dados socioeconômicos, como IDH e índice de renda, distribuição espacial do voto e análise de conjuntura.

PARTE 2

CAPÍTULO 2

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2014

Nesse trabalho, se reconstituirá as eleições 2014 através de três momentos. O primeiro momento trará uma análise descritiva das manifestações que ficaram conhecidas como as “Jornadas de Junho”, ocorridas no Brasil a partir dos meses de junho do ano 2013. O segundo momento trará uma análise descritiva do período que antecede as eleições 2014, momento este marcado pela abertura da campanha eleitoral, pelas pesquisas de opinião pública e pelas movimentações dos atores políticos em disputa. O terceiro e último momento fará uma análise das eleições presidenciais de 2014, à luz das manifestações que ocorreram no Brasil entre os anos 2014 e 2016.

Além dos cenários postos acima, o trabalho trará uma reflexão sociológica acerca do voto. Para isso, irá se recorrer tanto às discussões sociológicas sobre a ação social, quanto aos conceitos mais específicos sobre o voto.

2.1 As “Jornadas de junho”

Junho de 2013 tomou a todos de surpresa, como um “raio em céu sem nuvem”, parafraseando Marx (2011) em “O 18 Brumário”, e revelou o quanto temos a aprender sobre e com a sociedade. Cientistas políticos, lideranças partidárias, movimentos sociais tradicionais (como sindicatos e outros) e, principalmente, governantes, todos foram tomados por um misto de surpresa, ameaça e impotência analítica. Fato é que, em poucos dias, o Brasil se viu nas ruas. Contudo, embora deixando intelectuais, líderes políticos e de movimentos sociais tradicionais surpresos, não se faz crer que tais mobilizações evidenciam um traço completamente espontâneo. A ideia de “novo” sempre carece de “historicidade”. Cabe à sociologia política se ocupar da compreensão dos fatos que antecedem o fenômeno, os atores envolvidos e a conjuntura sobre a qual estas mobilizações se instalaram.

O primeiro ato das mobilizações de junho de 2013 não pode ser compreendido como um fenômeno de massas. As manifestações organizadas pelo “Movimento Passe Livre São Paulo” (MPL-SP) e outros similares em outras capitais foram caracterizadas por poucos atores (em sua maioria, estudantes), pauta específica e lideranças identificadas. Seu registro histórico não é frequente e antigo. Decorre de mais de dez anos de organização e mobilização. Em 2003, na cidade

de Salvador (BA) e, em 2004 e 2005, na cidade de Florianópolis (SC), ocorreram, respectivamente, a “Revolta da Buzu” e a “Revolta da Catraca”. Em 2012, em Natal (RN), ocorreu a “Revolta do Busão”. Todos esses movimentos, voltados para a qualidade do sistema público de transporte e pela mobilidade urbana, cuja “fagulha” é dada pelo aumento das tarifas de transporte público, são similares aos eventos de 2013. O ano 2013 foi, então, uma data simbólica – dez anos da “Revolta do Buzu” – para a mobilização do MPL. No mesmo ano ocorreu o 4º Encontro Nacional do MPL, impulsionado pela revogação do aumento das passagens em mais de cem cidades.

Em 2005, o “Movimento Passe Livre” (MPL) foi fundado em Porto Alegre (RS), herdeiro da “Campanha pelo Passe Livre”, que já existia em Santa Catarina (SC), definindo-se como “movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário”⁵. Trata-se de um movimento que problematiza a contradição do espaço público balizado por “catracas” privadas, que esvaziam o direito de locomoção, o “ir e vir”⁶. O MPL-SP teve participação central nas “Jornadas de Junho”, embora dela tenha participado pouco, abandonando as manifestações no dia 21 de junho⁷. Não fosse o despreparo da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que evidenciou o descompasso entre “Estado” (uso legítimo da violência) e “República” (garantia de direitos civis, políticos e sociais), expressado pelo excesso de força ao reprimir as manifestações, não estava no horizonte dessas primeiras mobilizações a dimensão de movimento de massa, que no dia vinte de junho levou às ruas 1.405.200 de pessoas⁸.

As atitudes e o papel desempenhado pela mídia merecem também consideração especial. Na vida social e no âmbito da disputa política, o que se pode extrair, por um lado, são conflitos e disputas que colocam em debate discursos sobre “si” (que confere caráter de legitimidade ao processo) e sobre a “sociedade” (que estabelece os princípios do justo/injusto). A mídia expressou, em um primeiro momento, hegemônica posição contrária às manifestações, despojando-a de legitimidade política. As narrativas jornalísticas, endossadas por líderes políticos, como Geraldo Alckmin, utilizavam adjetivos depreciativos, como “vândalos” e “baderneiros”, para se referirem aos manifestantes⁹. Porém, num segundo momento, vítima da violência policial, a mesma mídia atuou no sentido inverso, ao desqualificar as ações violentas do Estado e endossar a legitimidade das manifestações, sem deixar de criticar as práticas de “vandalismo”, quando se referiam a grupos

5MPL. Disponível em: www.mpl.org.br. Acessado em: 22 de junho de 2016.

6É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.» (Art 5º Par. XV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988).

7Folha de São Paulo. MPL suspende novas manifestações em São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298903-mpl-suspende-novas-manifestacoes-em-sao-paulo.shtml>.

Acessado em: 22 de junho de 2016.

8 G1. Infográfico. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>. Acessado em: 23 de junho de 2016.

9Estadão. Alckmin chama manifestantes de baderneiros e vândalos. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,alckmin-chama-manifestantes-de-baderneiros-e-vandalos,1041542>. Acessado em: 23 de junho de 2016.

minoritários e específicos, nomeados genericamente como *blackblocs*. Essa mudança de posição de grupos midiáticos tradicionais foi importante para que a opinião pública se posicionasse favorável ao processo político que se desencadeou no Brasil, forçando parcelas do Executivo, em especial, prefeituras de capitais e governos estaduais, a reconhecer o despreparo de suas instituições, como polícia militar, secretarias de transporte, entre outras; e, dentro da práxis política tradicional, legitimar e dialogar com as demandas das ruas.

Refletir sobre o papel das mídias é central para compreender como se articulou a disputa por legitimidade e como o uso das “novas” tecnologias da informação ajudaram na promoção e disseminação dos eventos políticos. Alguns estudos de redes apontam que houve uma reconfiguração do papel das mídias tradicionais,¹⁰ enquanto instituições centrais do processo de produção e disseminação de informações. Embora mantivessem seu papel hegemônico, viram fragilizadas sua posição oligopolista. De outro lado, outras fontes de informação, como a disseminação de eventos nas redes sociais, ganharam espaço. Segundo Malini¹¹, a grande mídia preservou sua “autoridade”, mas perdeu a “centralidade”. Suas notícias foram “reproduzidas” por perfis tidos como “intermediários”, mas estes não estabeleceram conexões com outros perfis, ou seja, estes perfis “falam, mas não fazem falar”, não estabelecem rede. Significa dizer que a atuação das grandes mídias nas redes sociais apareceu de forma periférica, perdendo espaço para pequenos perfis, sem reputação anterior, que ganharam repentinamente tanto centralidade quanto autoridade, como é o caso do @rio_news. Enquanto personalidades midiáticas e as “grandes” mídias atuam de forma “intermediária”, sendo apenas “retuitados”, “perfis desconhecidos” atuaram de forma mediadora, “retuitando” e sendo “retuitados”.

Outros estudos¹² retratam um cenário mais dinâmico entre as mobilizações via internet (entre os dias 2 e 19 de junho), em termos de “Autoridade” e “HUBs”. Os dados mostram que as grandes mídias aparecem em poucos momentos como “autoridade”, mas, no geral, elas perdem espaço para perfis desconhecidos. Dada a importância que as mídias possuem para a democracia, tendo em vista a disseminação de informações, o uso de instrumentos de rede social, como *Twitter* e *Facebook*, foi imprescindível para que tais manifestações tomassem as ruas. O uso desses instrumentos surge como estratégia global, presente em movimentos de países bastante díspares, como Turquia e Egito, por um lado, e Estados Unidos e Espanha, por outro.

10 Por jornais tradicionais identificamos os jornais impressos e televisivos de grandes Corporações, como as Organizações Globo, SBT, Record, Grupo Abril, Grupo Bandeirantes, que estão no mercado midiático há décadas e apresentam controle hegemônico sobre a produção e disseminação de informações (Grande Mídia).

11 <https://medialabufri.wordpress.com/2013/08/05/protestorj-atores-menores-fazem-a-rede/>.

12 Disponível em: <http://interagentes.net/?p=62>. Acessado em 23 de junho de 2016.

O cartaz “Saímos do Facebook”, exibido por um manifestante, retrata bem a dupla natureza desses movimentos: i) saíram do Facebook no sentido de que foram criados nele, com e por ele e; ii) saíram do Facebook no sentido de que não se prenderam apenas as manifestações virtuais, mas ocuparam as ruas.

Tais manifestações foram tipicamente organizadas pela juventude. Segundo o IBOPE, 43% dos manifestantes eram cidadãos entre 14 e 24 anos. Agregando, a este grupo, outros jovens entre 25 e 29 anos, a taxa chegava a 63%. Não havia clivagem de gênero. Havia 50% de homens e mulheres. Com relação à renda, havia uma presença maciça de jovens de classe média, cuja renda variava entre dois salários-mínimos (s.m.) à dez s.m. – sendo 30% entre dois e cinco s.m.; 25% entre cinco e dez s.m. e 23% com mais de dez s.m.. Com relação a escolaridade, registrou-se que 49% dos manifestantes havia concluído o ensino médio, mas não concluíram o ensino superior, ao passo que 43% completaram o ensino superior.

O movimento, em primeiro momento, causou estranheza aos intelectuais, que, na tentativa de manipular suas ferramentas conceituais mais tradicionais, acabaram por restringir a própria capacidade criativa e inovadora das ruas. Segundo Magalhães:

A disputa sobre o sentido desses fatos é forte envolvendo esperanças, tensões, medos, mas outro fato é que não há, e nem pode haver, a captura de uma única lógica no que se passa, dado que a essa realidade é um processo aberto, polissêmico e que cruza a política com imponderáveis cursos causais, que não devem ser simplificados para fins de entendimento, ou para forjar rótulos como “perigo de golpe”, “democracia direta”, “primaveras”, “maios de 68”, “movimento de classe média”, “saídos do facebook” e, claro, “anarquismo”. Há a convivência simultânea e em disputa desses argumentos (MAGALHÃES:2013, p. 22-23).

Compreende-se que, nas Jornadas de Junho, não havia nenhuma agenda “antiestatista”, “antirrepublicana”, “antidemocrática”, mas, pelo contrário, havia o aprofundamento e o enraizamento dos valores democráticos e Republicanos. Exigiu-se mais Estado, sua maior interferência e efetividade na administração pública em questões de saúde pública, educação pública e mobilidade urbana.

Junho ergueu muitas bandeiras e levou atores difusos às ruas. Tudo parecia muito líquido e indecifrável. Por mais que as pesquisas de opinião pública tivessem demarcado tais mobilizações como sendo de jovens de classe média escolarizada, não havia uma fronteira clara que demarcasse as subjetividades dos atores envolvidos no processo. Por mais ausentes que estivessem qualquer tipo de lideranças, vanguardas ou ideologias, pode-se, através de uma síntese, extrair dessa pluralidade uma comunhão: todos ali presentes canalizavam um conjunto de demandas democráticas históricas (mobilidade, educação, saúde, corrupção, etc.) numa demanda única,

representada pelo anúncio do esgotamento do *modus operandis* da política institucional. Por mais que não houvesse pauta alguma exigindo fim do Estado, reconheciam na *práxis* política tradicional (enraizada historicamente), como o (e não *um*) obstáculo à solução desses problemas.

Essa insatisfação com a forma de fazer política no Brasil, marcada por coalizões espúrias e seu caráter unicamente mercadológico, cuja finalidade é a formação de um bloco governista no Congresso, em troca de ministérios e outros cargos, fez surgir a agenda da “nova política” nas eleições, da ruptura com o tradicional. Independente se esse “novo” for conservador ou progressista. Desenhou-se, ali, uma possível agenda para as eleições 2014. Pensou-se que as eleições de 2014 possibilitaria o surgimento de uma “janela de oportunidades” (BAUGARTNER:2015).

2.2 Eleições 2014

As eleições presidenciais de 2010 nos deu pistas de que uma possível despolarização da competição eleitoral estaria a caminho. A candidata pelo Partido Verde (PV), Marina Silva, surgiu como uma suposta “terceira via”, acumulando 19,33% dos votos (19,6 milhões de votos). Por outro lado, sua entrada inicial nas eleições de 2014 como candidata a vice-presidência pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro), encabeçado por Eduardo Campos, não configurou um cenário que dissolvesse a polarização tradicional entre PT e PSDB. Isso porque as pesquisas de opinião pública mostraram que Eduardo Campos não capturou o eleitorado de Marina Silva de 2010.

O cenário mudou graças a um possível golpe de *fortuna*¹³: a queda do avião particular da campanha de Eduardo Campos, que o levou ao óbito. Marina Silva, então filiada ao PSB, era a única alternativa plausível deste partido. A substituição não foi imediata, mas concretizada após diálogos e negociações. Marina Silva não era uma candidata fiel ao PSB. Estava mais para uma “candidata de aluguel”, que acabara de se desvincular do PV e pretendia se manter no *mainstream* da política nacional e internacional. Ainda, sua trajetória política causava incômodos aos antigos aliados do novo partido.

Militante em defesa da ética e valorização dos recursos naturais e de uma política econômica voltada para a sustentabilidade, iniciou sua carreira política ao lado de Chico Mendes e, em 1984, ajudou a fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Acre. Seu primeiro cargo político foi o de vereadora – filiada ao PT –, pela qual ganhou reconhecimento por devolver dinheiro de gratificações, auxílio-moradia, entre outros auxílios previstos para o cargo. Alavancou sua carreira quando se tornou deputada federal e depois senadora – a mais nova, 36 anos, já eleita

¹³Aqui traduzido por *sorte*, conforme leitura da obra o Príncipe, de Maquiavel.

na história da República. Antes de se desvincular do PT e ir para o PV, foi ministra do Meio Ambiente no governo Lula por mais de cinco anos, de janeiro de 2003 a maio de 2008¹⁴.

Tal trajetória fez com que a candidata tecesse redes políticas muito fortes e projetos de país que, em certos aspectos, eram dissonantes dos projetos do próprio PSB e de seus aliados e financiadores, principalmente do setor do agronegócio. Houve muito diálogo até que Marina e PSB entrassem em um acordo sobre os rumos da campanha¹⁵.

Na análise de Vinícius Werneck (IESP-UERJ), em sua página pessoal “Política e Cotidiano” (Anexo 1 – Figura 1), através da técnica “pesquisa das pesquisas” (*poll of polls*), é possível observar o desempenho de cada candidato, considerando as pesquisas de opinião pública sobre as intenções de voto. A entrada de Marina Silva como principal candidata pelo PSB deu nova cara à disputa presidencial. A candidata assumiu o segundo lugar das intenções de voto, estabelecendo uma disputa com a candidata à reeleição pelo PT, Dilma Rousseff (21% de Marina contra 35% de Dilma¹⁶). As intenções de voto no candidato Eduardo Campos haviam fechado, entre os dias 4 e 7 de julho, em torno de 10% das intenções. O candidato pelo PSDB, Aécio Neves, foi quem sofreu maior impacto com a entrada de Marina, uma vez que as intenções de voto no “tucano” caíram de 26% para 20%.

Nesse novo cenário, Aécio Neves precisou articular novas estratégias para poder voltar a crescer nas pesquisas. Para tanto, foi preciso que ele encontrasse uma estratégia de “ataque” à Marina Silva, pela candidata ter sido responsável por parte das migrações das intenções de voto do candidato pelo PSDB para o PSB, dada também a dificuldade de disputar os eleitores do PT.

Marina foi alvo de ataques de ambos os lados. Pelo PT, porque se preocupava com a presença da candidata no segundo turno. Pelo PSDB, porque este precisava voltar a capturar intenções de voto. Para isso, tanto PT quanto PSDB tiveram que esperar o fim do período de “luto” pela morte de Eduardo Campos. Críticas direcionadas à candidata pelo PSB poderiam ser mal vistas pela opinião pública. Outro fator deveria ser considerado pelo PSDB: Aécio deveria atacar Marina com uma dosagem correta para que, em uma eventual “virada”, pudesse contar com o apoio da candidata no segundo turno das eleições, contra Dilma Rousseff. Tal fato foi consumado após a derrota de Marina Silva no primeiro turno.

Durante a campanha, no mês de setembro, Dilma foi apresentando um quadro de estabilidade nas intenções de voto, sendo que, ao final desse mês, chegaria aos 40% das intenções

¹⁴<http://marinasilva.org.br/biografia/>

¹⁵Sobre algumas das divergências políticas, ver: <http://www.cartacapital.com.br/politica/programa-de-marina-tem-politica-economica-tucana-9654.html>

¹⁶Segundo pesquisa Datafolha.

de voto, mantendo-se com essa taxa até o final do primeiro turno, conquistando 41,59% dos votos válidos. Entre Aécio Neves e Marina Silva podemos resumir o cenário com um jargão eleitoral: “o jacaré fechou a boca”. As intenções de voto na candidata pelo PSB apresentaram um crescimento até o início de setembro – quando a pesquisa CNT/MDA apontava as intenções de voto em Marina na casa dos 34% – para depois sofrer uma queda brusca. Um salto em queda livre. E foi Aécio quem capturou esses votos, terminando o primeiro turno com a segunda maior votação (33,55% frente a 21,32% de Marina). A figura 1 (Anexo 1) demonstra esse movimento.

Configurou-se mais um ano de eleições federais em que PT e PSDB disputaram o segundo turno. Será que tal fato corrobora com a tese de bipartidarismo no Brasil? Considerando o desempenho que a candidata Marina Silva obteve nas duas últimas eleições, pelo PV e pelo PSB, sempre aparecendo como alternativa eleitoral ou “terceira via” e considerando a alta fragmentação partidária observada nas eleições para o Congresso (Anexo 2 – Tabela 1), a tese/conceito do bipartidarismo não nos parece adequada.

Em meio a uma disputa com dez candidatos, Marina Silva obteve uma preferência de mais de 22 milhões de eleitores, aproximadamente dois milhões a mais do que o resultado das eleições presidenciais de 2010. É importante observar que o simples fato da candidata ser lançada como a principal candidata pelo PSB fez com que o partido alcançasse 22% das intenções de voto do eleitorado – um ponto percentual a mais do que as intenções de voto da candidata na oficialização da sua campanha. Isso mostra que Marina Silva surge como uma terceira força eleitoral.

Marina se posicionou como a candidata representante da “nova política”, uma vez que, em uma conjuntura política em que PT e PSDB vêm polarizando as eleições presidenciais desde 1994, a esperança do “novo” estar associada à figura de Dilma e Aécio estava distante de se tornar uma realidade plausível. Eles teriam que disputar arduamente pelas vozes das Jornadas de 2013. Dilma poderia usar do argumento de que as demandas democráticas de Junho sempre foram as bandeiras da luta histórica do PT. Mas deveria, também, explicar porque, em doze anos de governo, elas não puderam ser atendidas da forma como os manifestantes exigiram nas mobilizações. Aécio tinha ao seu lado o longo período em que um candidato pelo PSDB não ocupava uma cadeira na presidência da República. Não conseguiu ser representante do “novo” devido ao seu histórico como governador de Minas Gerais e senador da República, colocando sobre ele o rótulo de “tradicional”. Ambos os candidatos não tiveram êxito em capturar o espírito da novidade, da renovação ou da oxigenação política.

A entrada de Marina Silva na disputa presidencial deu conotações de que ela seria a candidata representante do novo. Seus discursos políticos tinham como objetivo construir sua

imagem sobre essa ideia, como ela mesma afirma em seu terceiro programa eleitoral em 23 de agosto de 2014:

O Brasil quer ter um **novo rumo**, isso todo mundo sabe. Algumas coisas precisam **mudar** e é urgente. Mas é preciso ter um plano, saber o que vai fazer e como fazer. Eu andei com Eduardo em todas as regiões do Brasil, ouvindo milhares de pessoas. Nós elaboramos um programa com propostas reais: melhorar a saúde, escola em tempo integral, cuidar da segurança. Não são promessas repetidas, não são peças de propaganda, são compromissos com o Brasil de verdade. Nós podemos reunir as melhores pessoas, com capacidade para executar esse plano. Porque nós não temos que **dar Ministério em troca de tempo de televisão**. Não vamos nos **submeter à chantagem política** de ninguém. Nosso compromisso é com a sociedade brasileira, os trabalhadores, os empresários, as comunidades, as juventudes e os movimentos sociais. Nós queremos e podemos **unir o Brasil**. Para isso é preciso dialogar. **Os grupos que estão há 20 anos no poder** não conseguem mais dialogar. Eles estão **dividindo os brasileiros numa guerra**, eles não se escutam e não conseguem mais escutar as pessoas. É preciso **superar essa velha política** que está atrasando o Brasil, prejudicando nosso desenvolvimento e colocando em risco as conquistas econômicas e sociais que devem ser mantidas e aperfeiçoadas [...]. (SILVA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cVOTPL0G3Ys>. Grifos meus.)

Fica nítida a estratégia de Marina Silva em se construir como uma candidata “nova” em oposição aos outros candidatos/partidos, considerados por ela como antigos, atrasados, tradicionais representantes de uma política arcaica. Esse pacote ideológico de Marina, chamemos assim, articula a ideia do novo com a ideia de um Brasil fragmentado, dividido pela polarização PT e PSDB, uma divisão que, segundo a candidata, configura uma “guerra”. O “novo”, articulado com a ideia de corrupção, surge como *issue* eleitoral com grande destaque nas eleições 2014.

É importante destacar que a agenda do “novo” e da “corrupção”, nas eleições 2014, constituíram uma agenda moral. Não se pensava a política a partir de critérios políticos, em função de interesses, propostas e posição no jogo político, mas em relação à conduta dos atores políticos (SILVEIRA,1998).

Apesar dessa agenda, as eleições de 2014 apresentaram mais uma reprodução da eleição de 2010 do que uma novidade. Na tabela 2 (Anexo 3) é possível observar os desempenhos eleitorais por estado de cada disputa. Dilma, em relação a 2010, perdeu apenas no Distrito Federal (2º turno), contudo, seu desempenho eleitoral foi pior nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e Roraima. Observa-se que os estados do Norte e Nordeste registraram queda no desempenho eleitoral da candidata em relação as eleições de 2010.

Dessa forma, é possível afirmar que ao mesmo tempo em que as eleições parecem reproduzir resultados anteriores, ela também apresenta uma dinâmica que é própria a cada estado, impossibilitando agrupá-los em macrorregiões como se representassem o mesmo processo.

2.3 Um Brasil dividido?

Ainda sobre a análise das eleições 2014, é preciso descrever os resultados das urnas apuradas e analisar o desempenho eleitoral dos candidatos em cada estado. Para isso, as imagens dos Anexos 4 ao 9 permitem uma melhor visualização dos desempenhos eleitorais dos partidos e seus respectivos candidatos por estado, desde as eleições de 1994, quando a eleição foi pela primeira vez marcada pela polarização entre PT e PSDB.

As eleições 2014 no Brasil foi posta em termos de uma eleição que dividiu o Brasil¹⁷. A candidata Marina Silva também fez essa leitura¹⁸. Uma divisão que ocorre em termos territoriais, observando os padrões de voto nas Unidades Federativas, e em termos de condição econômica, Brasil mais pobre e Brasil mais rico. Em suma, dividiram o Brasil em um conflito entre Norte/Nordeste (menos desenvolvidos) e Sul/Sudeste (mais desenvolvidos).

As eleições de 1994 e 1998, entre Lula e FHC, apresentaram uma vitória segura do candidato do PSDB, ganhando ambas no primeiro turno. Em 1994, FHC ganhou em quase todos as UF's, com exceção de Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Seu desempenho foi de 54,28% dos votos frente aos 27,04% de Lula. No segundo mandato, o candidato do PSDB perdeu no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, sendo que, no Ceará, o candidato mais votado foi Ciro Gomes. FHC teve 53,06% dos votos, frente aos 31,71% de Lula. Sua vitória foi decretada através da estratégia eleitoral de explorar o sucesso do plano real e o controle da inflação. Nesse sentido, o que determinou o resultado dessa eleição foi a avaliação feita pelos eleitores do governo anterior.

Nas eleições de 2002, a disputa ocorreu entre Lula e Serra, quando o PT conseguiu chegar a cadeira presidencial pela primeira vez na história. As eleições foram decididas em dois turnos, ambos com a vitória petista. No primeiro turno, Lula obteve 46,44% dos votos frente aos 23,19% de Serra. Lula perdeu apenas nos estados do Rio de Janeiro, Alagoas e Ceará, sendo que Serra só obteve vitória no estado de Alagoas. No segundo turno o quadro não se alterou, e Lula capturou os votos do Rio de Janeiro e Ceará, vencendo com 61,27% dos votos, contra 38,72% de Serra. Deve-se

¹⁷Veja em: <http://epoca.globo.com/tempo/eleicoes/noticia/2014/10/bdilha-x-acciob-eleicao-que-divide-o-brasil.html> e <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/nas-revistas-a-eleicao-que-divide-o-brasil/>.

¹⁸Como afirmou Marina Silva em um debate eleitoral. Veja em <http://oglobo.globo.com/brasil/aecio-questiona-marina-sobre-contradicoes-da-nova-politica-13740672>.

dar o destaque para a presença de Antony Garotinho, que obteve 17,86%, conquistando o estado do Rio de Janeiro no primeiro turno.

Observa-se nesses três processos eleitorais que não há uma divisão do país em termos de votos por UF's. Tanto FHC quanto Lula, quando vieram a ganhar a disputa presidencial, contaram com a maioria dos eleitores em quase todos os estados.

As eleições de 2006, assim como a de 2002, foram decididas no segundo turno. Lula obteve 48,61% dos votos e Alckmin 41,64%, apresentando uma diferença bem pequena entre os dois candidatos. Com relação aos estados em que cada um conquistou a maioria dos votos, Lula venceu principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste, sendo que, no Norte, ele perdeu no Acre, Roraima e Rondônia e, no Sudeste, apenas em São Paulo – conhecido como reduto eleitoral do PSDB. No Nordeste, venceu em todos eles. Alckmin venceu em todos os estados do Sul e Centro-Oeste, incluindo o Distrito Federal. No segundo turno, o candidato pelo PT venceu as eleições com 60,83% dos votos, mantendo sua vitória nos mesmos estados do primeiro turno e vencendo ainda nos estados do Acre, Roraima, Goiás e Distrito Federal.

Neste cenário eleitoral (2006), podemos identificar o que se reconhecera como a “divisão do Brasil” e que persistiu até as eleições de 2014, com poucas variações nas eleições de 2010. Nestas eleições (2010), no primeiro turno, o PT com Dilma se manteve vitorioso nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste, obtendo ainda uma vitória no Rio Grande do Sul e em Goiás. Marina Silva (PV) obteve vitória no Distrito Federal. No segundo turno, Dilma perdeu em Goiás, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, mas conquistou o Distrito Federal e venceu as eleições com 56,05%, frente aos 43,95% de Serra. Uma vitória mais “folgada” do que a que Lula conseguiu em 2006. Como dito anteriormente, mesmo com uma vitória apenas no Distrito Federal, Marina surge como uma possível “terceira via” eleitoral, cujo resultado foi mais expressivo que o de Garotinho em 2002.

Em 2014, por fim, o PT com Dilma mantém sua hegemonia no Norte e Nordeste, perdendo nos estados do Acre, onde Marina foi a mais votada, Roraima e Rondônia (Região Norte), em Pernambuco¹⁹ (Nordeste) e no Espírito Santo (Sudeste). Dilma ainda conquistou uma vitória no Rio Grande do Sul. No segundo turno, Dilma conquistou o estado de Pernambuco, mas perdeu no Rio Grande do Sul, consagrando-se presidenta com 51,58%, tendo Aécio Neves conquistado 48,42% dos votos. Tal resultado configura uma queda de desempenho do PT, em relação as eleições de 2010. A diferença de aproximadamente 3 pontos demonstra como essa eleição foi disputada.

Conclui-se que essa divisão territorial do voto no Brasil ocorre a partir 2006, no segundo mandato de Lula (Anexo 6) e se mantém desde então. Essa divisão é feita a partir da vitória de cada

¹⁹Estado em que Eduardo Campos foi eleito governador em 2006.

candidato em cada estado, agregando-se depois em uma mesma região. Essa estratégia analítica permite observar como o voto é distribuído no território nacional, mas opera em uma lógica eleitoral que não existe no Brasil: *the winner takes all*²⁰. Ou seja, essa estratégia analítica só demonstra o vencedor em cada unidade federativa, mas não seu desempenho e o desempenho do candidato adversário. Não importa para essa estratégia se o candidato venceu o outro por um ou dez mil votos. Dessa forma, o que observamos é realmente uma divisão territorial do voto no Brasil.

Um segundo passo analítico seria observar o desempenho eleitoral em cada UF. Essa análise pode ser feita extraindo a diferença em pontos percentuais que cada candidato obteve em relação ao oponente e criando-se um gráfico de dispersão. Os resultados se encontram no Anexo 10.

Os gráficos contêm os dados eleitorais desde 1994. Cada ponto representa um processo eleitoral, considerando o segundo turno, e estão organizados em ordem cronológica. Vale ressaltar que, desde 2002, as eleições foram decididas no segundo turno. As eleições de segundo turno estão identificadas como os processos de número “4”, “6”, “8” e “10”. Os demais representam eleições de 1º turno²¹. Os gráficos ainda apresentam dados do IBGE sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e uma análise do elemento “renda”, que compõe esse Índice.

Considerando os pontos, a partir das eleições presidenciais de 2006, não se pode afirmar que há um padrão no comportamento dos eleitores, ou seja, que há uma fidelidade partidária, uma identidade partidária ou mesmo uma orientação ideológica marcante.

A ideia de que os eleitores tendem a se comportar eleitoralmente da mesma forma, movidos por uma ideologia que orienta suas escolhas, tem espaço no debate sobre o voto no Brasil. André Singer é um dos autores que pautou essa abordagem, defendendo a tese de um alinhamento ideológico entre esquerda (PT e outros) e direita (PSDB e outros) nas eleições presidenciais de 1989 e 1994²².

Para Singer (2002), “a ideologia é uma *linguagem* comum aos partidos e aos eleitores. Nessa gramática, estar à esquerda significa favorecer mudanças em direção à igualdade e estar à direita significa recusá-las em nome da ordem” (SINGER, 2002, p. 24). A sofisticação eleitoral é o elemento utilizado por Singer, junto com a ideologia, para compreender o posicionamento do eleitorado em relação a alguns temas. Singer utilizou esses conceitos para compreender a eleição de Collor, em 1992. Com relação aos *issues* eleitorais, como o “plano real” e o “controle inflacionário”, Singer afirma que a influência desses *issues* variam conforme os estratos ideológicos

20“O vencedor leva tudo”, presente no sistema eleitoral estadunidense.

211=1994; 2=1998; 3=2002, 1º turno; 4= 2002, 2º turno; 5= 2006, 1º turno; 6= 2006, 2º turno; 7= 2010, 1º turno; 8= 2010, 2º turno; 9= 2014, 1º turno e; 10= 2014, 2º turno.

22SINGER, A. *Esquerda e Direita no eleitorado brasileiro: a Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: EdUSP, 1999.

do eleitorado: “pouco importante à esquerda e muito importante à direita, no centro teve ação moderada” (SINGER, 2002, p. 122). Essa concepção será importante para que, mais adiante, seja construída uma teoria sobre o voto para as eleições 2014 no Brasil.

Ainda sobre os gráficos, as diferenças mais discrepantes ocorrem na região Norte, onde as diferenças em pontos percentuais entre os candidatos giram em torno da casa de vinte pontos percentuais (p.p.) e na região Nordeste, onde encontramos diferenças de quarenta p.p. Conclui-se, então, que, nessas regiões, há sim uma polarização bem definida entre candidatos de ambos os partidos, com vantagens para o PT. Por outro lado, não encontramos uma polarização tão aguda nas UF's das regiões Sudeste e Sul, cuja diferença entre as percentagens dos candidatos não se estabiliza como tendência acima dos vinte p.p.

Conclui-se que o que está em jogo, analisando os resultados eleitorais para presidência da República desde 2006, é uma polarização dentro de cada estado, mais do que entre as UF's brasileiras. Não é o Brasil que está dividido, mas cada estado que apresenta sua divisão interna. Logo, não se trata de Norte/Nordeste vs. Sudeste/Sul, mas dos eleitores dentro de seus estados. A imagem 11 do anexo 11 apresenta um outro retrato, mais complexo e mais rico, dos resultados eleitorais. Analisou-se, na imagem, os resultados por município.

A imagem 11 permite afirmar que, nos estados onde o PT não conseguiu a vitória, não significa que o PSDB possui uma hegemonia política. O jogo da disputa eleitoral nesses estados parece mais aberto a mudanças de opinião dos candidatos em oposição ao que ocorreu nos estados do Norte e Nordeste. Isso fica claro quando analisamos a escala de cor utilizada na imagem, que apresenta um “azul” (representativo da vitória do candidato Aécio Neves) não tão forte como as cores em “vermelho” da região Norte e Nordeste. É importante desatacar, ainda, uma forte presença da cor vermelha (em tons fortes) em cidades de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, regiões Sudeste e Sul, respectivamente.

Como, então, explicar esse fenômeno social? Cientistas políticos como Jairo Nicolau *et al.* (2014), têm buscado dimensionar o comportamento eleitoral através de característica socioeconômicas (índice de desenvolvimento humano – IDM) e padrões de políticas públicas (grau de participação em programas de transferência de renda), observando como eles afetam o desempenho dos candidatos.

As análises de Nicolau (2014) apontam para diversas conclusões. Uma delas é que nem sempre a variável Bolsa Família teve associação com os candidatos do PT. Nas eleições de 2002, através de uma análise de regressão, foi com Serra que a variável apresentou uma associação positiva. A votação em Lula, na mesma eleição, ao contrário do que se imagine, esteve associada, de

maneira expressiva, com os programas de transferência de renda. Ainda, quanto ao *IDH 2000*, este esteve associado positivamente para ambos os candidatos.

Nas eleições de 2006, as análises de Nicolau (2014) demonstram uma expressiva mudança em relação às eleições 2002, apresentando uma associação negativa entre o IDH e o candidato do PT. A tendência para Lula era ter o percentual de votos nas cidades de menor desenvolvimento, ao passo que Alckmin tenderia a ter nas cidades de maior desenvolvimento. Entre as variáveis selecionadas, a que mais chama atenção é a que dimensiona o efeito dos programas de transferência de renda (NICOLAU et al, 2014, p. 14).

Nas eleições 2010, a relação entre municípios e candidatos pode ser compreendida através do Anexo 12 – Tabela 3. A análise deve ser feita da seguinte forma: Quando o produto da divisão entre votos do PT sobre votos do PSDB for igual a “1”, significa que ambos tiveram a mesma quantidade de votos válidos. Quando o produto for inferior a “1”, significa que o PSDB obteve mais votos que o PT, sendo que, quanto mais próximo do limite “1”, menor a diferença entre os votos dos partidos, e quanto mais perto do limite “0”, maior a diferença. Quando o valor ultrapassa o valor de “1”, significa que o PT obteve mais votos, sendo que, quanto mais o valor se afasta do limite “1”, maior a diferença, e quanto mais próximo do limite “1”, menor a diferença de votos.

Através da análise dos municípios (Anexo 13 – Tabela 4), conclui-se que, ao passo que Dilma teve melhor desempenho entre os municípios menores (até cem mil habitantes), Aécio obteve melhor desempenho entre os municípios maiores de cem mil habitantes. Outros estudos (CARRARO; JÚNIOR; DAMÉ, 2007) também indicam que o PBF não teve uma associação forte com a eleição de Lula, mas outros elementos, como taxa de mortalidade infantil, analfabetismo e desigualdade de renda estavam relacionados com o voto em Lula.

A análise das imagens do Anexo de 9 nos mostra que a variável IDH e Renda não aparece como uma variável capaz de explicar precisamente o comportamento dos eleitores, uma vez que, mesmo em estados que apresentaram um aumento dessas taxas, o PT obteve um desempenho eleitoral inferior ao das últimas eleições. Em todos os estados do Sudeste, por exemplo, onde as taxas do IDH e Renda aumentaram, o desempenho do PT vem caindo desde as eleições de 2006. O mesmo comportamento acontece no Distrito Federal, desde 2006, e em Goiás, desde 2010. Os estados do Amazonas, Bahia e Pernambuco, desde 2006, também registram o mesmo comportamento. Ainda, na região Sul, apenas o Rio Grande do Sul não apresentou essa dinâmica.

Não há um consenso, entre os pesquisadores da área, sobre como o eleitor brasileiro se comporta. Através de muitas pesquisas, durante processos eleitorais desde a década de 1950 e 1960, já se investiga o(s) principal(ais) motivo(s) que determina(m) o comportamento dos eleitores. O próximo capítulo será dedicado a uma análise mais aprofundada das principais correntes de interpretação do voto.

PARTE 3

CAPÍTULO 3

POR UMA SOCIOLOGIA DO VOTO

A corrente sociológica que trata o comportamento eleitoral explica o voto da mesma forma que explica qualquer ação social: através de precedentes contextuais. Isso significa que a ação dos indivíduos, incluindo o voto, é um ato final cujo processo que desencadeia essa mesma ação tem início em um tempo anteriormente concebido à própria intenção do indivíduo de realizar a ação. Assim, não só a ação individual, como também sua própria intenção, apresentam precedentes que são explicados via “contextos sociais”.

Por contexto social deve-se compreender qualquer condição social subjacente aos fenômenos sociais e políticos. Pode-se, por analogia, conceituá-lo como gramática social, pois estamos nos referindo às regras que regem o mundo social.

Para essa corrente, os coletivos sociais interessam mais do que os indivíduos isolados. Assim, o fluxo de imputação causal não parte dos indivíduos para os fenômenos, mas de agregados sociais para os fenômenos. Segundo Przeworski (1986, p.7) in Figueiredo (1988, p.50), a “trajetória causal entre características individuais e atos sociais passam através da totalidade das relações sociais”. O indivíduo seria um “voluntário” de forças exteriores a ele. Não interessa à corrente sociológica de explicação do voto a direção que cada indivíduo atribui ao seu voto, mas apenas os resultados agregados de ações coletivas. Logo, o que precisa ser explicado é o comportamento eleitoral de indivíduos que pertençam a algum agregado, como classe, escolaridade, gênero, raça, grupo étnico, entre outros.

Há notadamente, por um lado, uma inspiração sociológica *durkheimiana* nessa corrente interpretativa do voto. Dito isso, deve-se tomar como pressuposto a inviabilidade de explicar os resultados agregados através do somatório de microações, como também a inviabilidade de utilizar pesquisas de opinião como recurso metodológico, uma vez que elas efetuam um somatório de opiniões isoladas, atribuindo a elas a condição de “pública”. Por outro lado, uma matriz marxista determinará a direção do voto a partir das condições materiais e das posições que os atores ocupam no processo produtivo, separando-os em classes sociais. É a classe social de cada indivíduo que determinaria seu voto, havendo, portanto, um alinhamento ideológico entre direita e esquerda.

Assim, a partir do momento em que consideramos as ações sociais como sendo o último ato de uma estrutura anterior, e essa estrutura, por sua vez, sendo regida por um conjunto de regras

que operam esses contextos sociais, compreender tais regras significa podermos estimar a probabilidade de ocorrência dos fenômenos quando os elementos constitutivos desse contexto estão interagindo entre si e com outros elementos. Assim, a ocorrência de interações sociais e a formação de opiniões são regidas por leis probabilísticas. É importante ressaltar que essa abordagem não exclui o indivíduo enquanto objeto de análise, mas reconhece que qualquer ação individual é derivada da condição social por excelência: a interação social.

Como pressuposto básico de qualquer sociologia, as interações sociais constituem elemento básico da vida social e da formação de opiniões. Logo, uma perspectiva sociológica do voto deve levar em consideração quais as “redes” as quais os indivíduos estão ligados, para poder saber a probabilidade de ocorrência de determinadas atitudes. É importante reconhecer os meios sociais aos quais os indivíduos circulam ou pertencem, para que se possa estimar a probabilidade de aceitação ou rejeição de determinadas posições, em relação aos debates que surgem ou ganha destaque no processo eleitoral. Devemos nos perguntar se indivíduos que circulam por grupos distintos têm maior probabilidade de alterar sua posição em relação ao candidato do que indivíduos que circulam apenas em grupos homogêneos.

Em contextos de mobilidade social (ocupacional e/ou demográfica), que decorrem de alterações estruturais da sociedade, segundo a perspectiva sociológica, as probabilidades de interações sociais entre grupos com características distintas se alteram. Essa leitura nos remete as modelos de solidariedade de Durkheim (orgânica e mecânica), onde sociedades mais avançadas, ou modernas, apresentavam um quadro de divisão do trabalho mais sofisticado, portanto, haveria maior espaço para o desenvolvimento de consciências individuais, ao passo que sociedades ditas “primitivas” apresentariam um quadro simples de divisão do trabalho e, dessa forma, a consciência coletiva seria central, com pouca ou quase nenhuma diferença entre os indivíduos. Assim, a probabilidade de mudança de opinião ou posicionamento em relação a algo seria maior em sociedades com solidariedade orgânica.

Dos processos de interação social, podemos extrair três possíveis resultados. 1) No primeiro caso, na interação entre dois indivíduos, um indivíduo muda de opinião, migrando para a opinião do outro indivíduo; 2) no segundo caso, ambos os indivíduos saem da “conversação” com opiniões diferentes; e 3) ambos os indivíduos aderem a uma terceira opinião, diferente das que “entraram” na conversa.

Opiniões e comportamentos políticos não surgem do nada. *Ex nihilo nihil fit*²³. Assim, também, nenhuma opinião, ou comportamento, são eternos. Qualquer grupo que se mantenha ideologicamente coesa depende do esforço organizacional, ou interacional, grande.

Como afirmado acima, a volatilidade das opiniões e dos comportamentos está intimamente relacionada com a velocidade com que as estruturas de relações sociais ocorrem na sociedade, e a intensidade destas em relação ao estágio de desenvolvimento de cada sociedade. Dessa forma, podemos formular dois pressupostos: 1) em sociedades mais desenvolvidas, a intensidade das estruturas de relações sociais opera de forma mais intensa, aumentando a probabilidade de volatilidade das opiniões e comportamentos políticos; 2) em sociedades menos desenvolvidas, a intensidade das mudanças das estruturas de relações sociais é menor, sendo diretamente proporcional a volatilidade das opiniões e comportamentos políticos. Sendo assim, a probabilidade (teórica) de interação entre indivíduos pertencentes a grupos diferentes é maior nas sociedades modernas do que em sociedades tradicionais.

Nesse sentido, ao analisarmos os dados eleitorais nas regiões – Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste –, é possível criar algumas hipóteses:

1. Nas regiões mais desenvolvidas economicamente, como Sul e Sudeste, a disputa eleitoral é mais intensa, sendo a diferença entre os votos nos candidatos menor, uma vez que a probabilidade de alterar sua opinião dada a intensidade das interações sociais é maior.
2. Em regiões menos desenvolvidas, prevalece uma margem de votos mais larga entre os candidatos, uma vez que a probabilidade de alterar a opinião mediante interação social com classes diferentes é menor.

Recorrendo aos dados, observamos os seguintes resultados, encontrados no Anexo 12. A razão eleitoral é uma operação matemática em que se divide o resultado da porcentagem dos votos adquiridos pelo candidato vencedor em cada UF pela porcentagem dos votos do candidato derrotado (2º turno). Encontramos, assim, uma razão. Os estados foram organizados primeiramente com relação ao candidato vitorioso no processo eleitoral. Assim, os estados entre MA e MG representam uma razão eleitoral favorável a candidata Dilma Rousseff (cor vermelha), enquanto os estados de RS a SC representam uma razão favorável ao candidato Aécio Neves (cor azul).

Junto a esses dados, plotou-se o IDH de cada UF. Segundo o ordenamento do IDH, estados com índice entre 0,600 – 0,699 possuem IDH médio, ao passo que o índice entre 0,700 – 0,799 representa índice alto e, entre 0,800 – 1,000, muito alto. Observa-se que apenas dois estados (RO e

23Tradução do autor: “*Nothing comes from nothing*”, ou seja, “Nada vem do nada”.

AC) com IDH médio apresentaram uma razão eleitoral favorável ao candidato Aécio Neves (1,2 e 1,7, respectivamente). Os demais estados cujo IDH é considerado médio apresentaram uma razão eleitoral favorável a candidata Dilma Rousseff. Entre os estados cujo IDH é considerado alto, apenas AP, RJ e MG apresentaram razão eleitoral favorável a Dilma Rousseff, ao passo que os demais estados com IDH alto e muito alto apresentaram razão eleitoral favorável ao candidato Aécio Neves.

É importante destacar a discrepância entre as razões eleitorais de ambos os candidatos. Ao passo que Dilma Rousseff chegou a apresentar uma razão eleitoral favorável de 3,7 (MA), o máximo que Aécio Neves obteve foi uma razão eleitoral de 1,8 (SP e SC). Dentre os estados cuja razão eleitoral foi igual ou superior a 2 (o dobro de votos), encontra-se predominantemente estados do Nordeste. Tais dados demonstram o forte desempenho de Dilma Rousseff naquela região. Observou-se que existe uma relação entre IDH e voto nos candidatos, sendo que a candidata Dilma Rousseff obteve excelente desempenho eleitoral em estado com IDH médio, ao passo que Aécio obteve melhor desempenho, mas não na mesma intensidade que a candidata Dilma, em estados com IDH alto e muito alto.

Tais conclusões levam a crer que, em Unidades Federativas com maior IDH, as disputas eleitorais são mais competitivas, dado o caráter mais intenso das interações sociais, da maior probabilidade de os eleitores alterarem seus respectivos votos. Contudo, se observarmos atentamente os dados, veremos que o estado com IDH muito alto (DF) apresentou uma razão eleitoral menor do que estados com IDH alto (SP e SC) e IDH médio (AC). Isso nos permite afirmar que a disputa eleitoral, nesses locais, é influenciada por mais coisas além do seu nível de desenvolvimento socioeconômico.

Segundo Ely Chinoy (1975), as interpretações sociológicas do voto não podem ficar restritas a uma interpretação econômica da política. Segundo o próprio autor:

Na realidade, porém, a despeito de sua óbvia importância, as diferenças de classes e as questões econômicas não explicam adequadamente, por si mesmas, os padrões de voto ou as mudanças que ocorrem no poder. As lealdades partidárias também podem variar com a religião, a identidade étnica, o sexo, a idade, a residência rural e urbana e outros atributos sociais (CHINYOY, 1975, p. 464).

Chinoy vai chegar a essa conclusão ao analisar os dados das eleições de 1952-1964 entre Democratas e Republicanos, nos Estados Unidos da América, através da análise de atributos como sexo, cor/raça, escolaridade, idade e religião. Da mesma forma, compreende-se, ao analisar os dados da tabela citada acima, que não existe uma relação orgânica entre IDH e razão eleitoral. A única coisa que se pode dizer é que, em estados com IDH médio, há a presença de uma maior razão

eleitoral, se comparados com aqueles em que o IDH é alto e muito alto. Portanto, percebe-se que não há uma hierarquia definindo a seguinte relação: ao passo que se aumenta o IDH, mais intensa fica a disputa eleitoral, e vice-versa.

Contudo, a teoria sociológica tradicional para a explicação do voto, mantém o estado socioeconômico como a fonte originária do fluxo de causalidade, operando desde a decisão do indivíduo de participar do processo eleitoral até em qual direção ele orientará sua participação (voto). Tira-se daí, então, uma proposição: “Respostas participativas aos apelos mobilizadores da política variam diretamente em função do grau de desenvolvimento da sociedade” (FIGUEIREDO, 1988, p.59). Compreende-se, a partir dessa pressuposição, que, em sociedades cujo estado socioeconômico é elevado, os apelos participativos são mais fortes. Isso significa dizer que a participação política é maior em países mais desenvolvidos.

Entretanto, ao analisar as taxas de abstenção eleitoral em países marcados pelo desenvolvimento econômico, como França, Inglaterra e Estados Unidos, a empiria choca-se com a teoria, uma vez que as taxas de abstenção nesses países caminham a passos largos. Segundo a pesquisa de José Ghirardi e Luciana Cunha (2012), nas eleições francesas de 2012, as taxas de abstenção alcançaram a maior taxa desde 1969, 20,52%. Isso sem levar em conta as eleições para o Parlamento Francês e Europeu – 44,60% e 59,37%, respectivamente. Nos Estados Unidos, ainda segundo os autores, as taxas de comparecimento têm girado em torno de 50% entre os eleitores aptos a votar em disputas presidenciais e 37% em disputas legislativas. Na Grã-Bretanha, por sua vez, 34,9% do eleitorado absteve-se de votar nas eleições gerais.

Dando ênfase no plano macro, a abordagem sociológica do voto explicaria as mudanças nos padrões de comportamento eleitoral através de causalidades imputadas para as transformações nas estruturas socioeconômicas das regiões as quais cada indivíduo pertence. A título de exemplo, o recente estudo de Emerson Cervi (2014) lança mão de variações no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das Unidades Federativas do Brasil para explicar o padrão de comportamento dos eleitores daquelas UF's.

A partir dessa lógica, é correto afirmar que alterações nas estruturas sociais, que geram maior mobilidade social e maior igualdade de oportunidades, são acompanhadas por mudanças consequentes no comportamento político dos indivíduos. Ainda a respeito dessa lógica, seria correto afirmar que, quanto mais uma sociedade avança socialmente, com altas taxas de frequência de mobilidade social, maior seria a probabilidade de participação dos indivíduos na política. Contudo, empiricamente é fácil coletar contraprovas para essa lógica. Em países como Brasil, que nos últimos anos vem apresentando consideráveis taxas de mobilidade social, não se tem observado mudanças

significativas nas taxas de comparecimento eleitoral. Nos Estados Unidos, que vivem um crescimento de longo prazo, as taxas de participação eleitoral têm apresentado resultados menores, se comparados a outras eleições. Assim, devemos levar em consideração outros elementos importantes para compreender o processo de participação política.

Para Huntington, o papel desempenhado pelas elites e suas respectivas decisões são importantes, desde que haja respostas por parte da população. Assim, temos de resgatar o fator “forças momentâneas” para compreender o processo. Essas forças momentâneas não estão prescritas na estrutura social, mas partem da deliberação de atores dispostos a interferir no comportamento dos indivíduos.

As forças econômicas e sociais que alimentam a expansão da participação política parecem ser globais e inexoráveis a longo prazo. Mas flutuações dos níveis de participação de curto prazo são usualmente o resultado direto das ações das elites. As formas e padrões de participação em expansão são maleáveis. (...) Diferenças [entre sociedades] nas formas, bases, e padrões de participação, enquanto influenciados por tendências econômicas e sociais gerais, são principalmente o produto de decisões das elites políticas” (HUNTINGTON, 1976, p.170-1 *in* FIGUEIREDO, 1988, p.64).

Essas forças momentâneas caracterizam estratégias traçadas pelas elites, visando a interferência momentânea no resultado final do processo eleitoral. Desvalorização da moeda, evasão de capitais, entre outros, são elementos manipulados pelas elites econômicas a fim de direcionar a disputa e forjar as opiniões. Elites comunicacionais tendem a direcionar os debates, valorizando os assuntos que as favorecem, visando influenciar no resultado final através da adesão da população.

Outra chave explicativa para o direcionamento do voto deve ser compreendida pelas “identidades culturais” objetivamente estabelecidas ou na existência de classe. Embora esses dois elementos estejam empiricamente presentes no contexto social, analiticamente eles devem ser tratados de forma específica. Ainda, é importante ressaltar que a origem dessas identidades sociais repousa nas interações sociais.

Através da conversação social, os indivíduos vão dando forma às suas identificações e opiniões políticas, que passam a ser compartilhadas, dependendo do grau de coesão do grupo, ou classe. Dessa forma, as organizações sociais assumem a posição fundamental, e seus porta-vozes se tornam locutores privilegiados. A concorrência entre essas organizações sociais (como partidos políticos) para a formação de opinião leva-os a estabelecerem acordos para que seus interesses tenham maior grau de difusão nos demais grupos. Portanto, partidos políticos formulam discursos com intuito de angariar o maior número possível de eleitores e esperam que seus “locutores”

consigam difundir seu discurso dentro de outros grupos sociais, como classes sociais ou grupos de identidade étnica.

A identidade partidária, cuja gênese é dada pelo discurso político-partidário, é para a sociologia política a expressão de um “contrato” de representação de interesses entre eleitores e partidos (ou candidatos), sendo que estas são expressões que surgem na identificação política dos indivíduos, previamente formada (FIGUEIREDO, 1988, p.70), e a origem de sua flutuação (de identidade partidária) se deve às estratégias político-partidárias. Identidade política não é sinônimo de identidade partidária.

A tradição marxista parte da relação objetiva entre posição de classe dos indivíduos e a identidade política, uma vez que toma como verdade que indivíduos pertencentes à mesma classe social compartilham os mesmos interesses. Porém, classe social não existe politicamente se seus membros não tiverem consciência de classe. O peso político de uma classe consiste, justamente, na proporção em que seus membros se comportam política e eleitoralmente conforme sua consciência da classe.

A consciência de classe não é um produto natural da posição que cada indivíduo ocupa no processo de produção. Não basta ser operário para enxergar-se como operário. A consciência de classe é produto das interações sociais que ocorrem entre indivíduos. Ou seja, é preciso que indivíduos participem da mesma “conversação”, resultando opiniões concordantes. Ou seja, o voto classista é função da densidade de interação dentro de uma classe, da interação entre indivíduos de classes diferentes e do grau de congruência de opiniões dentro da classe de referência.

Conclui-se, então, que em eleições que não são orientadas por bases classistas, outros elementos competirão para a orientação do voto, entre eles “questões orientadas” (*issues oriented*) e a exploração do lado personalista dos candidatos. Esse lado personalista da candidatura exprime uma estratégia que visa superar as divisões de identidades de grupos na sociedade, uma vez que o candidato se constrói como representante de toda a sociedade e não de apenas uma parcela desta.

3.1 O modelo Michigan

O modelo Michigan foi elaborado por um grupo de pesquisadores da Universidade de Michigan, USA, tendo Angus Campbell como líder. Sua obra precursora, “*The American Voter*”, foi lançada no final dos anos de 1950. Para autores como Radmann (2001) e Antunes (2010), é a partir desses estudos que o Modelo de Michigan entra para o campo do comportamento eleitoral.

Espelhada nos estudos das teorias de grupo e psicologia social, o Modelo Michigan tem como base teórica a conceituação do indivíduo como base original de análise, ou seja, sobre ele repousa a fonte original de informação. Assim, suas opiniões e auto avaliações constituem os principais dados, que são colhidos através de pesquisas por amostragem – tipo *survey*. As análises subsequentes constituem generalizações para toda a sociedade.

A fonte epistemológica desse modelo analisa os dados enquanto motivações psicológicas dos atores. Se qualquer comportamento humano tem suas “causas”, elas seriam aqui reconstruídas a partir dessas motivações psicológicas dos agentes. Essas causalidades seriam, portanto, identificadas a partir da reconstrução das forças ou sistemas ou forças “atitudinais” dos atores, ou seja, mapeando as “orientações” destes em se tratando de questões políticas.

In characterizing the relation of individual to party as a psychological identification we invoke a concept that has played an important if somewhat varied role in psychological theories of the relation of individual to individual or individual to group. We use the concept here characterize the individual's affective orientation to an important group-object in his environment (CAMPBELL, CONVERSE, MILLER & STOKES, 1960, p.121 apud ANTUNES, 2010, p.154).

Esse sistema, ou conjunto de forças atitudinais, é elaborado pelos atores antes mesmo de eles terem alcançado a idade mínima para poderem depositar suas escolhas políticas, em forma de voto, nas urnas. O *locus* dessas forças, que competem para a produção do voto, é em grande medida o ambiente social imediato que cada ator está situado, sendo a família o ambiente de maior peso. As interações que são estabelecidas em cada ambiente são as bases para a formação de um “sistema de personalidade”, no sentido *parsoniano* do termo, segundo Figueiredo (1988). Assim, as atitudes políticas refletem esse processo, chamado de socialização política.

Em se tratando de formação da personalidade humana, algumas questões poderiam ser levantadas, como por exemplo: 1) A personalidade humana está sempre aberta a novos elementos?; Se sim, 2) até qual parte da vida um ser humano apresenta uma personalidade aberta a novos elementos?; e 3) quando sua personalidade se torna um complexo altamente fechado, isento de ser influenciado por qualquer tipo de ambiente via socialização? Contudo, nosso objetivo aqui não é elaborar uma descrição detalhada sobre as teorias que lançam luz sobre a formação da personalidade humana.

Para os teóricos do Modelo Michigan, as atitudes adquiridas no processo de socialização política passam a constituir a estrutura de personalidade dos indivíduos. Logo, as atitudes políticas, consolidadas nesse processo, tornam-se a base para a formação de opiniões, auto avaliações e

predisposições para agirem em determinados ambientes políticos mais amplos, como seriam nas eleições.

As respostas dadas a diferentes contextos políticos sempre serão articuladas da mesma forma. Ou seja, em determinado contexto “X”, a resposta que um ator daria a determinada exigência feita a ele apresentaria a mesma natureza de resposta que ele daria em outro contexto “Y”, mesmo sendo comparativamente muito diferentes: “A lei causal fundamental do modelo Michigan repousa na invariabilidade do processo de articulação das variáveis que determinam as atitudes e ações políticas. Esta pode ser assim formalizada: $C^1 = f(A^1, S^1)$ ” (FIGUEIREDO, 1988, p.15).

Portanto, o comportamento político (C^1) é função do ambiente (S^1), onde ocorrem os processos de socialização política, tendo como resultante desse processo um conjunto de atitudes (A^1). Essa “lei funcional” nos diz que indivíduos, social e atitudinalmente semelhantes, tendem a se comportar politicamente de forma semelhante e a votarem na mesma direção, a despeito dos contextos.

A socialização assume, então, um ponto chave nessa teoria. Tomando os indivíduos como a única unidade real de análise, somente é possível compreender essa estrutura de personalidade, que está por trás da produção do voto, pelas interações atitudinais desempenhadas pelos indivíduos. Enquanto elemento constitutivo, na “lei funcional”, do comportamento político, a própria socialização é, por sua vez, determinada pelo conjunto de elementos atitudinais postos em jogo pelos atores, em cada ambiente.

Portanto, a epistemologia por trás do modelo Michigan gera um estranhamento no campo sociológico de produção de conhecimento acerca de fenômenos sociais, uma vez que a Sociologia dita tradicional privilegia as análises “contextuais”, relacionadas às condições sociais às quais os indivíduos estão inseridos. A interpretação sociológica da ação gira em torno da análise de “agregados sociais”, postos em termos de “escolaridade”, “classe social”, “cor”, “localidade”, “idade”, “sexo”. Na contramão dessa sociologia tradicional, o modelo Michigan retira a dominância da relação funcional dos “contextos” – que apenas descrevem de forma parcimoniosa um aspecto do ambiente social – e o recoloca em termos de forças atitudinais. A relação entre “agregados sociais” e “sistema atitudinal” pode ser compreendida abaixo:

O sistema atitudinal não é cativo de grupos ou classes sociais. Atitudes são formadas pela compreensão da vida social e política que os indivíduos adquirem através da socialização. Neste sentido, para se compreender qualquer fenômeno social ou estritamente político é necessário antes conhecer como os indivíduos apreendem a organização da sociedade e as relações sociais (FIGUEIREDO, 1988, p.19).

É a partir dessa argumentação que Philippe Converse, um dos fundadores do modelo Michigan, elabora sua teoria de “crença de massa”, como aponta Figueiredo (1988). Essa teoria consiste em afirmar que os indivíduos, em quaisquer que sejam os ambientes sociais, constroem sua relação com o mundo político segundo os “níveis de conceituação” que são capazes de elaborar. Ou seja, em qualquer sociedade, a compreensão da política, por parte do pesquisador, advém dos “níveis de conceituação” da política dos próprios indivíduos. Nota-se que o indivíduo é também o centro da análise de Converse (1960).

O elemento estrutural que permeia a construção dos sistemas atitudinais em Campbell, que dá a sua teoria um poder explicativo aberto a generalizações, também parece estar presente na teoria de Converse. Segundo este autor, as opiniões e as atitudes a respeito da política ou da vida social, uma vez formadas, são relativamente estáveis no tempo e devem se inter-relacionar logicamente com as primeiras. A partir daí, o pesquisador que queira prever ou explicar os comportamentos precisa desvendar essas inter-relações.

Contudo, a capacidade explicativa e preditiva dessa teoria deve lançar mão da premissa de que esses constructos são internamente lógicos e coerentes. Esse constructo poderia ser exemplificado da maneira abaixo:

1. Um indivíduo é contrário às cotas para concursos públicos;
2. Assim, a propensão deste indivíduo ser contra políticas públicas “assistencialistas” é maior do que ele ser a favor;
3. Logo, a probabilidade deste indivíduo votar em candidatos/partidos que reclamam para si essa agenda social “assistencialista” é menor do que a probabilidade de este votar nos candidatos/partidos que critiquem essa agenda.

A fonte da direção que o indivíduo dá ao seu comportamento terá como referência a formação de seu campo atitudinal. Então, é na reconstrução desses campos atitudinais cristalizados que repousa a força preditiva dessa teoria. Porém, a partir do momento em que esses sistemas atitudinais não são coerentemente estruturados, a teoria perde sua força preditiva, uma vez que a ocorrência de uma atitude não implica necessariamente a ocorrência ou o aumento de probabilidade de ocorrência de outra atitude que se imaginaria subsequente. Um indivíduo que se posicione contrário a programas de cotas em concursos públicos poderia se posicionar a favor dos programas de transferência de renda, por exemplo.

Converse (1960) tenta resolver esse problema através de dois caminhos. Através do “grau de centralidade” e do “grau de motivação” política. Assim, o autor aponta que a coerência dos sistemas atitudinais é função do grau de centralidade que questões políticas têm para grupos e eleitores.

Contudo, o grau de centralidade da política, presente nos diversos grupos e eleitores, está intimamente relacionado com a “sofisticação intelectual”, que é compatível apenas com os eleitores com alto grau de escolarização. Isso obscurece o fato de que o eleitorado também é formado por eleitores com campos conceituais e atitudinais de alcance (cognitivo) limitado. O problema é que a ausência de padrões conceituais “satisfatórios” não impede que essa parte do eleitorado – “limitado cognitivamente” – formem campos atitudinais. Portanto, não há evidência suficiente para se afirmar que estes grupos não possuam crenças estruturadas.

A resposta metodológica de Converse, para esse tipo de abordagem, é sugerida através do uso de métodos de entrevistas abertas e de maior profundidade. Através desse método, o autor demonstra que o elemento que, endogenamente, dá maior coerência aos diversos níveis de conceituação é o “grau de centralidade”. Vale ressaltar que a politização das questões políticas, em uma mesma eleição, é dada de forma diferente através da sociedade. Enquanto para alguns a questão X é central, outra parte do eleitorado toma a questão Y como central. Essas questões podem variar de locais (*doorsteps issues*) – que abrange apenas a curta fronteira da vida cotidiana dos eleitores –, como também questões mais abrangentes e abstratas, como seria a questão da justiça social. A essa tipificação das questões políticas, relaciona-se os níveis de sofisticação conceitual, em uma relação que se estabelece da seguinte forma:

1. Quanto mais sofisticado conceitualmente um eleitor, maior centralidade terá questões políticas mais “abrangentes”;
2. Quanto menos sofisticado conceitualmente um eleitor, maior centralidade terá questões políticas mais “localizadas”.

Contudo, o grau de centralidade política ainda não é suficiente para resolver o problema da capacidade preditiva dessa teoria, que se sustenta no sistema de crenças do eleitorado. A possível solução para tal problema se encontra, para o autor, na conjunção do “grau de centralidade política” com o “grau de motivação para a política”.

Considerando as interações sociais que os indivíduos estabelecem entre si como o principal processo de formação dos sistemas de atitudes destes, a direção ou sentido que os indivíduos atribuem ao voto está amalgamado nesse processo de socialização política, que formam os campos atitudinais dos indivíduos.

Características agregadas, como classe social, que em outras abordagens seriam a principal variável explicativa do voto, apresenta aqui apenas uma função efêmera. Como classe social e educação apresentam historicamente uma correlação positiva, é a variável educacional que nessa teoria terá maior peso, pois ela é importante para compreender a formação dos níveis de

conceituação da política e da vida social. É essa conceituação da vida política que comanda a relação entre classe e identidade partidária. Ou seja, se um operário não alcançar um nível de conceituação mínimo sobre a política e sua posição nela, para que ele se identifique com o partido operário ou trabalhista, nada garantirá sua adesão ou seu voto naquele partido. Não há uma relação direta entre a posição que o indivíduo ocupa nas forças de produção com seu voto. O intercâmbio ocorre pelo nível de conceituação da política que os indivíduos desenvolvem. Portanto, um operário pode perfeitamente votar em um partido de “direita”, assim como um empresário pode direcionar seu voto em algum partido trabalhista, dito de “esquerda”.

A relação eleitor-candidato não é uma relação que é arregimentada em elementos objetivos, como classe social, entre outros. Nas palavras de Figueiredo (1988):

A relação entre eleitor-candidato é, fundamentalmente, uma relação de empatia: a experiência social, a história de vida do indivíduo pulsa-o com variada intensidade; e ele é então psicologicamente atraído ou não pelos elementos centrais do processo político eleitoral – candidatos e partidos – que estão do outro lado. As mesmas forças que atuam mobilizando o eleitorado para votar disputam também a preferência por esses votos. Durante a campanha é o grau de fidelidade partidária dos eleitores que é desafiado pelas forças mobilizadoras, sendo o fator que comanda a direção do voto (FIGUEIREDO, 1988, p.44).

Uma questão que se pode tirar desse modelo, colocando-o sobre o contexto brasileiro, é acerca da relação entre indivíduos e partido, se essa é realmente forte. Historicamente, observamos uma baixa identidade partidária no Brasil. Mas, o que dizer de doze anos de governo do PT? Não há resquícios de identidade partidária por trás dessas vitórias consecutivas?

3.2 Rational choice

A explicação racional do comportamento eleitoral é arquitetada a partir de um forte intercâmbio de ideias com o campo da Economia. Uma premissa bem simples é anunciada pelos teóricos desse modelo: se a economia vai bem, os governantes ganham mais votos. Por outro lado, se a economia vai mal, a oposição recebe os votos.

Partir dessa premissa, para compreender o comportamento do eleitor, significa considerar que o voto do indivíduo é um voto instrumentalizado e estratégico, a partir do qual, ele (o eleitor), a partir de um juízo sobre a realidade econômica que o circunscreve, decide apoiar ou punir os governantes. Assim, qualquer hipótese que explique o comparecimento do eleitor às urnas devido a um “dever cívico” é descartada. Ao contrário, lança-se mão de hipóteses que versam sobre interesses sociais e econômicos de cada indivíduo. O *homo economicus* é a peça chave dessa teoria.

Da mesma forma que o indivíduo age em qualquer outra esfera da vida social, tendo em vista seus interesses, interesses estes que o afetam economicamente, ele segue o mesmo padrão de comportamento na hora de escolher um candidato. Ou seja, o eleitor cria sua própria função de utilidade para decidir se vale a pena votar e com qual candidato ele obterá o que podemos chamar de *profit*²⁴.

Segundo alguns autores dessa corrente, o próprio ato de votar é uma ação que por si só não possui nenhuma utilidade. Pelo contrário, o fato de fazer com que o indivíduo desperdice tempo e energia, já cria obstáculos para seu comparecimento. Assim, os eleitores que comparecem às urnas devem considerar o voto deles mais útil do que não votar. Ademais, devem considerar que seu voto em determinado candidato lhes trará ganhos futuros maiores do que os dispêndios presentes. Logo, é possível dizer que:

$$U(x) - U(y) > c(v),$$

Onde a subtração da utilidade dos votos entre os candidatos “X” e “Y” é maior que os custos do comparecimento.

Contudo, para ter certeza que a utilidade do voto será maior que os dispêndios da participação, o eleitor precisa procurar, organizar e avaliar as informações necessárias para a tomada decisão. Essa situação se torna um tanto paradoxal, pois, em qual momento, precisamente, o indivíduo sabe que deve avançar com seu voto ou se é hora de optar por não votar. Se, quando ele decide não votar ou até mesmo votar, será que o indivíduo realmente teve acesso a todas as informações? Será que as informações que ele teve acesso foram necessárias para ter juízo correto de sua decisão? A princípio, o que se pode afirmar é que o acesso às informações ocorre de forma socialmente desigual. Há uma diferença nos custos do processamento de cada informação necessária para a decisão dos eleitores, que varia conforme a posição e a classe de cada indivíduo. É correto afirmar que as desigualdades sociais, estruturadas historicamente, operam como plano de fundo das decisões racionais desses indivíduos.

Essas questões entram no debate das duas correntes da escolha racional; a que considera o comportamento dos indivíduos como “maximizantes”, e outra, que os considera através da “satisfação”. A diferença entre ambos os eleitores consiste em que, ao passo que o voto “maximizante” visa sempre escolher a alternativa que produza o melhor resultado, o voto pela “satisfação” opta pela escolha que garanta minimamente a satisfação de seus interesses. Essas duas divisões marcam a fronteira entre o modelo *downsiano* – que explica o comportamento do indivíduo

²⁴Optamos pelo termo em inglês por ele não se restringir apenas a palavra “lucro”, mas abrange outros significados correspondentes de língua portuguesa, como “ganho”, “proveito” e “benefício”.

pela maximização dos interesses – e o modelo economicista do comportamento eleitoral, que explica o comportamento pela ideia de satisfação.

Ambos os modelos não encerram de forma suficiente a questão levantada anteriormente, sobre como e quando os indivíduos decidem que as informações coletadas são satisfatórias e/ou maximizantes para que possam tomar uma decisão. Por exemplo: se um indivíduo “I”, que age em busca da maximização dos benefícios, é chamado a agir – votar – em um tempo inicial (t^0), ele dedicará parte do seu tempo para procurar informações em um tempo (t^1), para que possa, com isso, em um tempo (t^2) tomar a decisão de tipo maximizante. Contudo, ao agir em (t^2), esse mesmo indivíduo está deixando de buscar mais informações que possibilitariam a ele ter maior certeza de que sua decisão em t^3 , ou, em tempos subsequentes, seria de fato maximizante, ao contrário do que este indivíduo imaginava ser em (t^2).

Por outro lado, em um processo organizado por regras, como o eleitoral, o indivíduo não tem todo muito tempo disponível para sua avaliação de informações. Assim como em qualquer instância da vida social, em determinada hora o indivíduo é chamado a agir sem adiamentos. Com que certeza podemos, então, afirmar que suas decisões serão maximizantes, se o indivíduo sempre poderia procurar por outras informações?

Outra questão que deve ser levantada é sobre a natureza das informações e o acesso às mais diversas fontes de informação. A sociologia nos fornece ferramentas para afirmar que as informações não são iguais e que o acesso aos diversos tipos de informação não são os mesmos nos diversos grupos da sociedade. Além disso, a própria natureza dessas informações em termos de sua veracidade não é colocada em questão. É importante partir do pressuposto de que informações são produzidas por grupos e que tal grupo tem interesses que ultrapassam o *status* da veracidade e da imparcialidade. Assim, a capacidade de julgamento dos eleitores também deveria ser colocada à prova, para que esboçemos realmente o comportamento maximizante. Esses elementos extra racionais não são levados em conta na abordagem da escolha racional, o que prejudica seu elemento preditivo da ação.

As abstenções, para esse modelo, também seriam interpretadas através de suas razões racionais. Abster-se do jogo teria mais utilidade para alguns do que sua participação. Outras abstenções seriam aleatórias, motivadas pela indiferença dos indivíduos para com o processo. Essas seriam exemplos de abstenções motivadas por aspectos endógenos, do eleitor. Outras razões para a abstenção seriam fatores exógenos, como os de ordem meteorológica.

A competitividade eleitoral também seria outro fator que influenciaria nas taxas de abstenção, ocorrendo da seguinte forma: quanto maior a competitividade eleitoral, menor as taxas

de abstenção; pois o eleitor veria seu voto como tendo mais força, devido a maior indecisão dos resultados futuros. Assim, quanto maior a indecisão dos resultados do jogo maior as taxas de participação. Eleições cujas pesquisas de opinião apontam para “empate técnico” seriam as mais competitivas, e, logo, como maior aderência participativa. Teoricamente, a competitividade eleitoral seria maior em sistemas bipartidários, pois os eleitores só podem optar entre dois candidatos.

Mas, as experiências históricas de democracias bipartidárias não mostram o aumento nem a estabilização da participação eleitoral, mas, como mostra a experiência norte-americana, as taxas de participação eleitoral apresentam taxas de abstenção cada vez maiores. Nas eleições presidenciais norte-americanas de 2012, cerca de cinquenta milhões de americanos não compareceram para votar, cinco milhões a mais do que as eleições de 2008, segundo o *International Business Times*²⁵. Vale ressaltar que o voto nos Estados Unidos (EUA) é facultativo. Nas eleições presidenciais 2014, no Brasil, cerca de 19,4%²⁶ de eleitores aptos a votar não compareceram às urnas no primeiro turno, totalizando 27.698.475 ausências. No segundo turno, as abstenções são ainda maiores, chegando à aproximadamente 27%, ou seja, 30.137.479 eleitores. É a maior taxa de abstenção quando observadas as taxas das últimas eleições presidenciais, a partir de 2002 (17,7 em 2002; 16,8 em 2006; 18,1 em 2010²⁷). Isso mostra que, ao passo que a disputa se polariza, durante o segundo turno, aumentando a competitividade, as abstenções também aumentam.

Outro elemento da escolha do eleitor para o modelo racional do voto está ligado às práticas dos governantes. O desempenho passado dos governantes ou o partido ao qual faz parte é avaliado conforme a situação social e econômica dos eleitores. Dito isso, os indivíduos, para esse modelo, consideram os governantes como os principais responsáveis pela sua situação social e econômica. Os apelos políticos feitos pela oposição e pela situação variam conforme o julgamento dos eleitores sobre a economia do país, mediante a situação de cada eleitor. Assim, se a economia vai mal, os apelos oposicionistas ganham mais força, e vice-versa. Isso não significa que aqueles satisfeitos com a economia votarão necessariamente no partido situacionista. Por outro lado, a não linearidade dessa relação ocorre devido ao fato dos insatisfeitos aderirem mais rapidamente aos apelos oposicionistas do que os satisfeitos. Ou seja, não há uma correlação perfeita entre ambas as variáveis, devido ao fato da própria volatilidade do eleitorado.

Surgem daí provocações que merecem destaque. Uma vez que o eleitor realiza uma análise retrospectiva sobre os governos, como seria possível a realização de julgamentos dos governos de

²⁵*International Business Time*. US Presidential Elections: 50 Million Americans Won't Vote for Either Obama or Romney. Disponível em: <http://www.ibtimes.co.uk/elections-2012-abstention-vote-402151>. Acessado em 24 de março de 2015, às 18h00min.

²⁶Quantidade de eleitores aptos totalizados / abstenções.

²⁷G1. Eleições em números. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/nivel-de-abstencao-nas-eleicoes-e-o-mais-alto-desde-1998.html>. Acessado em 26/03/2015 às 14h00min.

oposição, uma vez que eles não ocupam o cargo no momento da disputa eleitoral? Uma resposta satisfatória poderia ser dada pela avaliação que os eleitores fazem do último governo do partido de oposição. Contudo, essa explicação só seria satisfatória em países cuja disputa partidária se resumisse ao bipartidarismo, uma vez que, em sistemas multipartidários, encontramos partidos que nunca foram exitosos em disputas eleitorais competindo nas eleições.

As eleições presidenciais de 2014 mostraram como o partido de oposição (PSDB) foi constantemente avaliado pelo partido de situação (PT) nos debates promovidos e no decorrer das campanhas, como pelos eleitores, tendo em vista os anos em que estiveram no poder (1995-2003). Aécio Neves era constantemente chamado a responder sobre os atos de Fernando Henrique Cardoso. Por outro lado, as eleições mostraram que não só em relação à última vez que o partido governou o país, mas como também por avaliações do último cargo ocupado (ou ocupado à época) pelo candidato da oposição. Da mesma forma, Aécio também foi constantemente chamado a responder perguntas sobre seu mandato como governador de Minas Gerais. O elemento comum é que os candidatos são sempre chamados a responder sobre suas atuações em cargos executivos, mas nunca sobre seu histórico em cargos legislativos. Aécio em momento algum foi questionado por sua produção legislativa. Elementos pessoais e familiares também foram levantados no debate, como o caso do aeroporto construído na propriedade de um familiar no estado de Minas Gerais.

Essa mesma questão deve ser levantada para candidaturas de cargos legislativos. Feito isso, esse modelo se mostra insuficiente para responder de forma satisfatória, uma vez que os cargos legislativos não estão associados fortemente com a estabilidade/crescimento/depressão econômica do país.

Se os eleitores só comparecem às urnas após a utilidade de votar em um candidato ser maior do que os dispêndios inerentes ao próprio ato de votar – deslocamento físico até o colégio eleitoral e busca de informações –, como explicar mais de vinte milhões de votos na candidata Marina Silva e mais de um milhão de votos na candidata Luciana Genro, sem contar mais de seiscentos mil votos em Eduardo Jorge e Pastor Everaldo? Seria mais fácil explicar pela óptica racional o voto em Marina do que em Luciana Genro, uma vez que a candidata do PSB tinha chances reais de disputar o segundo turno das eleições e, segundo as pesquisas de opinião pública, a candidata estava com mais intenções de voto que a atual Presidenta da República, Dilma Rousseff, num eventual segundo turno. Como explicar esses votos em candidatos que não apresentavam nenhuma chance de vitória no pleito? Uma coisa é certa: seus eleitores não votavam neles pensando em ganhos reais, maximizantes e satisfatórios, que seriam proporcionados pela sua eleição.

O eleitor do modelo racional de escolha do voto é do tipo que simplifica a conjuntura política em que está situado. Criando dicotomias como situação *versus* oposição, esquerda *versus* direita, pobres *versus* ricos, estas variantes conforme sua capacidade de conceituar o mundo, o eleitor guia suas decisões. Foi a partir destas dicotomias que se criaram as categorias de “satisfatória” e “não satisfatória”, rejeitando a última e optando pelas que respondem, máxima ou minimamente, por suas expectativas.

Deriva-se desta lógica ou expectativa outra problemática inerente ao comportamento dito racional dos eleitores. Imaginemos um contexto de alta mobilidade social. Um eleitor que ascendeu socialmente no governo do PT, valendo-se do voto retrospectivo votaria no PT, por associar a ele seu sucesso econômico. Por outro lado, por ocupar uma nova posição na estrutura de classes, valendo-se de um voto prospectivo, ele poderia muito bem não votar no PT, pois não veria que seus novos interesses seriam atendidos por este partido, que atende somente ou em grande medida interesses da classe à qual este eleitor pertenceu. Uma mudança posicional de classe acarretaria uma inevitável mudança nos “horizontes do desejo” de cada eleitor. Esse tipo de abordagem é próprio do modelo sociológico de explicação do voto.

No que toca aos interesses do eleitorado, podemos dividi-los em dois grupos. O primeiro, cujos interesses pertencem a níveis mais particularistas e localistas, cujas políticas públicas mais setoriais (distribuição de renda, entre outras políticas assistencialistas) gerariam mais impacto. O segundo diz respeito aos interesses mais “gerais”, cujas políticas públicas setoriais gerariam menor impacto ou apelo político. No segundo grupo, as ações governamentais de controle de inflação e combate à corrupção adquirem maior apelo. Esses grupos têm raízes sociais bem claras. O primeiro pertence aos níveis mais baixos na estratificação de classes, enquanto o segundo ocupa os degraus mais altos na mesma. Com a divisão desses dois grupos de interesse expostos acima, abrem-se as portas para discursos recheados de juízos de valores, que tendem a estigmatizar os primeiros como eleitores não cívicos, egoístas, sem inteligência, entre outros adjetivos depreciativos, ao passo que, no segundo grupo, estariam aqueles eleitores que saberiam como votar, votaria da maneira como um cidadão de uma democracia deveria votar, ou seja, preocupado com os problemas da *pólis*.

Para essa questão, o modelo de explicação racional do voto elabora uma resposta justa e coerente, pois afirma que o voto de qualquer eleitor, independente do grupo, tem a mesma natureza motivacional, que são os interesses individuais. O que varia são os direcionamentos dos votos, mas que estes variam conforme o nível de estratificação social ao qual cada indivíduo pertence. Assim, esse modelo rejeita qualquer hipótese de um “voto cívico” correto, como se houvesse um modelo de direcionamento de voto que deveria ser seguido.

Ao se referir às estruturas de classe da sociedade, entre outros elementos que vão além da racionalidade, para explicar o comportamento de cada indivíduo, não está se negando as virtudes do modelo racional, mas tomando como ineficiente a explicação isolada das ações sociais tomadas apenas por esse modelo explicativo. Compreendendo isso, damos um passo adiante para compreender o homem racional que Anthony Downs (2013) desenha em sua obra “Uma Teoria Econômica da Democracia”. Para o autor, o homem racional não se comporta como uma máquina, como se observa nas teorias utilitaristas, mas este mesmo homem é dotado de história, sentimentos, vontades e desejos. Suas ações são concretizadas mediante às incertezas da vida social, que precisam ser “controladas” por ele, para que consiga obter uma boa adequação entre fins e meios.

Nessa abstração teórica, lealdades partidárias retratadas em termos afetivos, como presente no modelo sociopsicológico, perderiam espaço para teorias que evidenciam os custos e benefícios dessa lealdade. Os partidos conquistam suas lealdades a partir do momento em que diminuem os custos delas, uma vez que os eleitores buscam nos partidos, e até mesmo nos candidatos, um curto caminho para aquisição e processamento de informações relevantes (FIGUEIREDO, 1988). Embora Downs coloque como determinante do comportamento eleitoral a natureza do sistema partidário, o determinante do comportamento é dado pela percepção do eleitorado e perceber as probabilidades de seu candidato vencer as eleições. Já vimos que, empiricamente, não é possível reforçar essa teoria, uma vez analisados resultados de eleições em que três ou mais partidos disputam o pleito.

Uma última questão pertinente ao modelo racional de explicação do voto deve ser colocada, sendo essa, referente ao paradoxo da própria participação política. Tomado como pressuposto a utilidade esperada do ato de votar como motor da ação, tendo em vista a competitividade eleitoral e as expectativas sobre o futuro, devemos nos perguntar se, em um cenário de milhões de eleitores, haveria motivos para o eleitor crer que seu voto faria realmente a diferença²⁸. É aqui que entra a teoria do “carona”, de Olson (FIGUEIREDO, 1988), criando um paradoxo para a participação.

Segundo essa teoria, quanto maior o tamanho do grupo envolvido na ação, menor a utilidade da contribuição participativa do indivíduo. Essa condição – de grupos grandes – favorece o comportamento tipo carona. O raciocínio do carona pode ser visto da seguinte forma: por que devo participar se minha contribuição é negligenciável e, de qualquer forma, eu não estarei posto de fora dos possíveis ganhos decorrentes do resultado das ações?

Esse tipo de raciocínio pode ser muito bem compreendido em relação aos professores que aderem ao movimento grevista na luta por ganhos salariais. Uma vez que o movimento grevista saia vitorioso e conquiste o aumento de salário, esse aumento virá para todos sem exceções, logo, uma

²⁸Dado o valor de seu voto $1/N$.

vez que participar gera custos, é preferível esperar os ganhos coletivos daquela ação sem contribuir com ela.

Para as eleições a lógica é a mesma, pois qualquer partido político pretende atender, ao menos minimamente, todos os segmentos da sociedade, a fim de potencializar seus apelos eleitorais. Uma vez eleito, os benefícios serão coletivos, ou seja, ninguém ficará de fora, ao menos minimamente. Assim, com ganhos garantidos e peso virtual nulo do voto, o eleitor prefere “pegar carona”, em vez de contribuir com sua participação. Mas, se todo eleitor fizer esse mesmo tipo de raciocínio, a taxa de participação chegará a zero e isso não é o que ocorre em nenhum processo eleitoral. Sabendo dessa condição, os candidatos políticos votariam em si mesmos e seriam eleitos com apenas um voto. A mesma ação seria realizada por seus familiares, dando mais alguns votos para o candidato. Igualmente, seus amigos também votariam nele, mesmo porque esses familiares e amigos esperam adquirir benefício.

Observa-se, então, que a participação é garantida pela expectativa de benefícios diretos e imediatos. Contudo, esses eleitores de “dentro” significam muito pouco perto dos milhões de eleitores que comparecem as urnas nos dias das eleições. O paradoxo da participação consiste exatamente no duplo movimento que essa teoria induz para ação do eleitor, pois o mesmo voto é inútil e decisivo. Inútil porque compreende o voto a partir da pouca eficácia dele em interferir no resultado da eleição dada a dimensão eleitoral do processo ($1/N$), e, ao mesmo tempo, decisivo, pois a partir da abstenção racional, que parte do voto inútil, o eleitor que decide votar em meio as abstenções generalizadas pela inutilidade do voto, acaba por decidir o resultado das eleições.

Feita essa releitura sobre a teoria da escolha racional, é possível apontar para a insuficiência explicativa que esse modelo teórico apresenta para a compreensão do comportamento dos eleitores, da mesma forma que os outros modelos teóricos também apresentam limitações. Contudo, resgatar as dimensões racionais do comportamento individual faz parte de uma estratégia teórica metodológica que nos permite repensar as falhas explicativas dos outros modelos teóricos sobre as ações dos indivíduos.

PARTE 4

CAPÍTULO 4

ELEIÇÕES 2014, MANIFESTAÇÕES PRÓ-*IMPEACHMENT* E O ELEITOR NÃO-RACIONAL

Diante das variadas perspectivas teóricas que lançam luz sobre as intenções de voto e sobre o voto em si, surge a tarefa de tentar explicar o voto do eleitorado brasileiro. A própria dificuldade metodológica de captar as reais motivações dos atores no momento que confirmam seu voto na urna torna essa tarefa ainda mais difícil, como apontamos no capítulo “Metodologia”. Dessa forma, buscar outros elementos e fatos para alargar o campo de compreensão do fenômeno é uma estratégia recomendada. Sendo assim, espera-se encontrar no período pós-eleitoral, elementos e dados que possibilite a este trabalho aprofundar na análise.

Esse período pós-eleições é caracterizado por um momento delicado, tanto do ponto de vista de um problema social quanto de um problema sociológico. Apesar de Dilma Rousseff sair vitoriosa das eleições presidenciais, obtendo mais de 54 milhões de votos, iniciou-se um movimento de não aceitação do resultado eleitoral. Não há uma data específica para tal movimento, mas um fato é de grande relevância: a tentativa que o PT fez de lançar candidatura própria para a presidência da Câmara – Arlindo Chinaglia, PT-SP –, contradizendo os interesses de seu maior aliado nas eleições, o PMDB e, em especial, Eduardo Cunha, candidato pelo partido vencedor nas eleições para a presidência da Câmara.

A vitória de Cunha sinalizou que o PT enfrentaria o maior problema de governabilidade de sua história. Cunha articulou o “centrão”, coalizão formada por deputados de oposição que se articularam para “frear”, ou impedir, que os projetos de lei do executivo fossem aprovados. Diante do cenário de crise econômica e da necessidade de reajustes imediatos na estrutura e funcionalidade do Estado, Dilma não conseguiu contornar o cenário. Com isso, a presidenta aprofundou ainda mais as relações com partidos sem afinidade ideológica, ficou ainda mais presa das coalizões espúrias, negociou secretarias, ministérios e demais cargos sem nenhum freio moral.

A articulação de oposição ao governo não se restringiu apenas em entrincheirar o governo do PT na Câmara dos Deputados, mas em construir a agenda do *impeachment*. Orientados pelo discurso da denúncia sobre as pedaladas fiscais e pela possível rejeição das contas do Estado para o ano de 2014, articulou-se um movimento para afastar definitivamente a presidenta, eleita pelas urnas. O movimento não ficou apenas restrito a esfera do Estado. As ruas, através da mobilização de cidadãos comuns, articulados via instrumentos de rede como *Facebook* e *Twitter*, federações como a

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), partidos políticos entre outros, articularam a bandeira do “Fora Dilma”.

Se as ruas de Junho de 2013 congregava, as ruas de 2014, 2015 e 2016 caminham no sentido oposto. Havia uma clivagem muito bem definida. Guiados por discursos conservadores e antiprogressistas, como pedidos de Ditadura Militar, apoio a candidatos como Jair Messias Bolsonaro, contra programas sociais de redução da desigualdade, direito de minorias e contra cotas, entre outras pautas, as manifestações foram ganhando cada vez mais adeptos, chegando a levar mais de dois milhões de pessoas às ruas da Avenida Paulista no dia 15 de março de 2015, segundo a Polícia Militar.

Ao analisar o perfil dos manifestantes que foram às ruas no período pós eleição exigindo o *impeachment* de Dilma, segundo pesquisas de opinião no dia dos atos em São Paulo, observa-se uma clivagem social bem específica. A taxa de escolaridade dos manifestantes é: 77% com ensino superior; 18% com ensino médio; e 4% com ensino fundamental. Havia clivagem de gênero: a maioria eram homens com mais de 36 anos. Com relação a faixa etária, 40% dos manifestantes tinham idade de 51 anos ou mais; 33% entre 36 e 50 anos e; 19% de 26 a 35 anos. É fato que a juventude não estava nas ruas, como em 2013. Com relação a renda, 17% recebiam de três a cinco salários mínimos; 26% recebiam de cinco a dez salários; e 24% recebiam de dez a vinte salários. Um movimento típico de classe média e média-alta, típico eleitorado do senador Aécio Neves, segundo as pesquisas de opinião pública. Os manifestantes que correspondem à parcela do eleitorado derrotado nas urnas, e que não aceitaram de maneira alguma a continuidade do governo petista por mais quatro anos.

Deve-se dizer que não havia uma única pauta nas ruas. Entretanto, o campo das ideias e o campo atitudinal dos manifestantes demonstraram que o posicionamento e a justificativa para estar ali e exigir o que estavam exigindo consistia em uma simplificação do cenário político. As leituras sobre cenário político não eram consistentes. Ao mesmo tempo que se posicionavam contra corrupção, apoiavam candidatos envolvidos em escândalos de corrupção, como o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Esse dado é importante para que possamos compreender que, mesmo o eleitor de classe média e classe média alta, pode se valer de simplificações do cenário político para tomar decisões, contrariando as teorias do voto que afirmam que a complexidade e a coerência do campo atitudinal dos eleitores vai aumentando conforme as classes sociais.

O eleitor de classe média e média alta utiliza dos mesmos artifícios de simplificação da compreensão do cenário político e econômico que o eleitor de classe média baixa e baixa. É

equivocado dizer, a partir da análise dessas manifestações que os eleitores de classes mais altas julgam, analisam e agem politicamente através de elementos estritamente políticos, enquanto eleitores de classe mais baixa agem apenas movidos por impulsos personalistas ou intuições sentimentais. Os manifestantes também articulavam suas ideias a partir de uma leitura personalista, uma vez que atribuíram a culpa de todo problema à candidata Dilma Rousseff, e não a uma estrutura política centrada nas relações espúrias da política de coalizão.

4.1 Teoria do voto e Eleições 2014

Dentre as teorias da escolha do voto, a *rational choice* é a que mais aparenta fornecer subsídios a uma explicação geral do voto. Ela está mais próxima de uma teoria geral, uma vez que reduz a escolha do eleitor a uma relação entre custos e benefícios. Todos os eleitores, sem indiferenças, agem a partir num *trade off*, uma escolha conflitante, em que os atores optam, mediante várias alternativas, por aquela que lhe trará o melhor retorno – maior ganho ou menor perda.

A ideia da universalidade da capacidade racional foi originalmente sustentada por Descartes contra a pretensão eclesiástica de monopólio dos juízos legítimos. Desenvolvida pelo pensamento liberal, a ideia da capacidade racional de todos julgarem bem, escolhendo representantes conforme sua vontade e seus interesses, tornou-se um dos pilares básicos da democracia eletiva (SILVEIRA, F. 1998, p. 64).

Para essa teoria, o social se reduz ao econômico, configurando uma premissa anti-sociológica, uma vez que, para a sociologia, a economia é mais uma esfera da sociedade. A sociedade, para a sociologia não se reduz a elementos econômicos, mas a economia pertence à sociedade. Dessa forma, a escolha racional, embora alcance a generalidade das explicações, só a faz através de uma simplificação abstrata sobre a ação humana, desconsiderando toda a complexidade cultural, psicológica, moral e ética dos indivíduos.

Um voto direcionado unicamente pelo cálculo racional dos eleitores desconhece a premissa básica da sociologia: a interação social. Ao considerar que as ações individuais são operações de indivíduos isolados (mas analisando o contexto), nega a capacidade de as estruturas sociais predizerem o comportamento individual. Negar a capacidade estruturada da ação, significa dificultar a capacidade preditiva das pesquisas eleitorais. Aceitar a premissa racional como a

principal fonte teórica para compreender o voto, significaria abandonar as lições sociológicas sobre a sociedade.

Diante dos resultados eleitorais, que desde 2006 vem apresentando um cenário dinâmico, ainda é possível compreender uma certa estrutura social operando por trás das escolhas eleitorais. O fato de o PT manter um forte desempenho nas regiões Norte/Nordeste não deve ser atribuído apenas a elementos racionais do eleitorado daquela região. A história brasileira, através da sua segregação espacial, nos fornece bases para algo mais do que uma racionalidade de mercado.

Flávio Silveira, na contramão da explicação racional do voto, propõe que a decisão do voto no Brasil é uma escolha não racional. Ao criticar a teoria da escolha racional, o autor (1998, p. 38) afirma que aquela pressupõe que os resultados eleitorais configuram um conjunto, ou o somatório, de decisões individuais, e não um produto de relações socialmente construídas, como defende a corrente sociológica do voto.

É importante frisar que a sociologia não defende que os indivíduos agem através de características inatas, intrínsecas, mas que, em circunstâncias diferentes, o eleitor pode, sim, mudar seu voto. O eleitor não racional de Silveira é caracterizado pelo voto intuitivo, pelo personalismo, das imagens de como devem ser os políticos, pela sensibilidade e o gosto. Por intuição, o autor atribui o caráter mundano, da percepção comum de pessoas comuns.

A escolha eleitoral em função de intuição, sensibilidade e gosto é feita tendo em vista imagens, formas de representação que se situam no espaço intermediário entre o sensível e o inteligível. O sujeito percebe imediatamente o mundo através de imagens dos objetos, sensações e sentimentos e reproduz mentalmente estas imagens, que passam a existir independentemente das sensações originárias (SILVEIRA, 1998, p. 190).

A intuição é considerada por Silveira como uma saída “mágica”, um recurso que é utilizado pelo eleitor desprovido de saber político. Tal afirmação derruba com as leituras que propõe um “esclarecimento” sobre o voto, criando uma hierarquia de valor entre os eleitores. A marca do eleitor, não racional, é não julgar a política politicamente. Não há um hábito de voto. As escolhas são feitas a despeito de uma tradição. Por isso, o personalismo no voto do eleitor não racional não se assemelha ao personalismo clássico, baseado na tradição, na autoridade do passado, a uma subordinação. Uma das vantagens dessa proposição é que conseguiria explicar como os eleitores tomam decisões díspares com relação aos candidatos: voto em um candidato do PT para eleições do executivo federal e um candidato da oposição para eleições do legislativo federal e executivo estadual.

Nesses termos, Silveira não encerra o problema colocado por nós a partir da teoria da escolha racional, uma vez que também não considera os elementos contextuais como estruturantes da ação. Ao considerar o gosto dos eleitores como chave explicativa, não reconhece que o próprio gosto é uma construção social, grupal, que ocorre mediante interação social, sendo a própria interação social balizada por elementos contextuais.

Outra questão que deve ser feita, problematizando a teoria do eleitor não racional para além de seu limite não sociológico, diz respeito sobre ir na contramão da ciência em sua capacidade de prever o comportamento dos eleitores e de buscar um fator chave orientador do comportamento eleitoral. Destituir da análise sociológica sua capacidade preditiva significa dizer que, no plano social, os elementos sociais que competem para a produção dos fenômenos sociais interagem de forma espontânea, sem nenhuma regularidade. Ou seja, as relações de causa e efeito não passariam de pura “sorte”. Nesse sentido, a teoria do eleitor não racional não passa de uma não teoria que tenta explicar o “nada” que está por trás das ações individuais.

Ademais, a teoria da escolha não racional é incapaz de explicar os padrões regionais que as eleições presidenciais vem apresentando desde 2006. Esses padrões não podem ser simplesmente descartados, baseados na “falácia ecológica” que estão presentes na correlação entre dados agregados e comportamentos individuais. Nesse sentido, encontra-se uma alternativa explicativa para compreensão do voto nas eleições 2014, através da junção de ferramentas conceituais do campo das políticas públicas e da ação racional.

Compreende-se, nesse ponto, a ação racional não como aquela vinculada a *rational choice*, mas uma ação racional orientada por resultados de políticas públicas. Ou seja, consideraremos os eleitores como possuidores de capacidade de atribuir sentido e julgamento à realidade na qual está inserido, sabendo identificar as transformações sociais, ou a ausência destas, que ocorreram e atribuir valores a estas. Assim, o voto não se reduz a uma escolha individualizada, mas uma escolha coletiva, orientada por políticas públicas.

Por políticas públicas, compreendemos “*whatever governments choose to do or not to do*” (DIE, 2009, p. 1). Governos, em períodos eleitorais, constroem seus programas tendo em vista os diversos grupos da sociedade. Suas agendas buscam atingir o maior número de eleitores possíveis. É comum que grupos específicos se identifiquem com programas específicos e, por isso, optem pelo candidato que o representa. Recentemente, nos Estados Unidos²⁹, o partido Republicano “mira” nos eleitores católicos da classe trabalhadora, que se consideram tradicionalmente “pró-Democratas”, utilizando a questão do aborto. A questão do aborto é uma questão de política pública, em que o

²⁹<https://www.icpsr.umich.edu/icpsrweb/instructors/setups2008/background/public-policy.jsp>.

governo decide entre fazer algo – legalizar – ou não fazer nada, ou seja, manter a ilegalidade do aborto. Ambas escolhas políticas devem ser consideradas políticas públicas.

Segundo a análise de Carraro et al (2007), sobre as eleições de 2002 e 2006, observou-se a correlação entre indicadores sociais como “taxa de mortalidade infantil”, “analfabetismo” e “desigualdade” com o voto em Lula. Por outro lado, a pesquisa concluiu que o PBF mostrou evidência de impacto positivo na eleição, mas não se mostrou de forma robusta. Deve-se questionar essa correlação, uma vez que o próprio PBF pode “contaminar” as variáveis “taxa de mortalidade infantil”, “analfabetismo” e “desigualdade”, uma vez que o programa é uma política pública que não se esgota pela transferência direta de renda, mas pela articulação horizontal com demais obrigações, entre elas a obrigatoriedade dos filhos de famílias assistidas de manterem o cartão de vacina em dia e a obrigatoriedade de matrícula em instituições de ensino.

Como já dito anteriormente, não há dados eleitorais que confirmam que “eleitores assistidos pelo PBF votam em Dilma”. Essa afirmação é destituída de provas científicas, uma vez que os dados eleitorais são dados agregados, não permitindo inferências sobre as ações individuais. Como, então, encontrar respostas para essa relação entre uma política pública e o voto em um determinado candidato?

Encontramos a resposta ao analisar a quantidade de votos que Dilma Rousseff recebeu nos primeiros turnos das eleições presidenciais de 2010 e 2014. Ao analisar as tabelas do Anexo 10, para os estados da região Sudeste, observou-se que sempre que houve segundo turno para as eleições presidenciais, a candidata pelo PT obteve mais votos no segundo turno do que no primeiro turno. Dessa forma, se tomarmos como certa a assertiva “todo assistido pelo PBF vota em Dilma”, teríamos um quadro, no primeiro turno, em que todos os assistidos pelo programa já teriam votado na candidata. Dessa forma, os votos a mais que a candidata recebeu no segundo turno seriam de eleitores que não são assistidos pelo programa. Dessa forma, conclui-se que o eleitor de Dilma não é apenas aquele que está sobre a cobertura de uma política pública de transferência de renda. Em 2010, Dilma obteve, no segundo turno, cerca de 8 milhões de votos a mais do que no primeiro turno. Em 2014, por sua vez, esse número cresceu para 11 milhões.

CONCLUSÃO

Compreender o voto enquanto um elemento pertencente ao social, não pode deixar de considerar os elementos contextuais que interferem na decisão dos eleitores. É imprescindível compreender a dinâmica das interações sociais que os eleitores estabelecem antes e durante o processo eleitoral, uma vez que é pela interação social que os indivíduos mantêm sua identidade de grupo e constroem sua subjetividade. Por outro lado, não se pode descartar os elementos extra contextuais para compreensão do voto. Não é uma teoria que dará conta da complexidade do eleitor. Mas a articulação dos principais argumentos que cada corrente explicativa fornece. Dessa forma, nossa saída para o embate teórico é uma saída aristotélica: deve-se perseguir o caminho do meio, a virtude. Retirar de cada teoria seus elementos mais virtuosos. Por virtuosos aqui compreende-se a sua proximidade com a realidade empírica. Tal conexão só poderá ser descoberta através de muita investigação e do uso cada vez mais refinado de metodologias que consigam compreender a dinâmica da produção do voto.

Somente através do desenvolvimento de métodos cada vez mais sofisticados – metodologia multidimensional – para analisar a realidade, se poderá apontar as causas que levam cada eleitor a votar em determinado candidato. Junto a isso, não se pode esperar que encontremos um único tipo de eleitor, mas eleitores no plural, que votem por ideologia, através do cálculo racional, através de sentimentos, gostos ou até mesmo um eleitor *ornitorrinco*, cujas causas de sua escolha é uma mistura complexa de cada um desses elementos, que podem variar conforme o momento eleitoral.

O escopo deste trabalho foi contribuir com o desenvolvimento do campo teórico acerca do comportamento eleitoral. Acredita-se que uma investigação mais aprofundada sobre o impacto das políticas públicas nas eleições deva ser testada. As políticas públicas, sendo articuladas nos três níveis da federação, dado nosso modelo Federalista de inspiração norte-americana, só poderão ser compreendidas se estudadas por etapas e processos. Ainda, deve-se buscar compreender como cada nível federativo impacta na realidade local das comunidades, bairros, cidades, etc. Segundo Condé (2012), são seis as etapas das políticas públicas, compreendendo-as enquanto um ciclo.

Segundo o autor, as etapas são: i) “identificação do problema”; ii) “analisar as causas do problema”; iii) “considerar soluções”; iv) “solucionar e desenhar soluções”; v) “implementar” e; vi) “avaliar”. Essa análise das políticas públicas enquanto um ciclo não impõe uma obrigatoriedade sequencial. Em alguns casos específicos, “considerar soluções” pode ser uma estratégia adotada antes mesmo de “identificar o problema”. Dada a complexidade do campo de investigação e promoção de políticas públicas, insistimos na necessidade de desenvolver métodos cada vez mais

sofisticados, ou seja, multidimensionais, pois, a tarefa subsequente de articular e buscar estabelecer correlações e princípios de causalidade com a escolha dos eleitores não é uma tarefa simples.

Ademais, acredita-se que o a análise do comportamento eleitoral compreendida através do campo das políticas públicas permite que o pesquisador caminhe por mais de uma concepção teórica do voto (sociológica, psicológica e racional), articulando-as e buscando estabelecer um grau máximo de comparação com a realidade.

Para as eleições presidenciais de 2014 no Brasil, acredita-se ser indispensável a compreensão da dinâmica social iniciada com o governo petista em 2002. Uma dinâmica social marcada pela construção de políticas públicas que visam a redução da desigualdade, a inserção ampliada de jovens nas redes de ensino estadual e federal, nos níveis técnico e superior, a proclamada “nova classe média”, temas como mobilidade urbana, saúde pública e, inclusive, políticas públicas em níveis internacionais, como análises sobre a economia internacional e os efeitos sobre as realidades locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. Theoretical models of voting behaviour. *Revista Exedra*, n.4, Coimbra: 2010.

BAUMGARTNER, F. R. *John Kingdon and the Evolutionary Approach to Public Policy and Agenda-Setting*. For inclusion in Nikolaos Zahariadis, ed. *Handbook of Public Policy Agenda-Setting*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2016. Disponível em: <https://www.unc.edu/~fbaum/articles/Baumgartner-Kingdon.pdf>. Acessado em: 01 de agosto de 2016.

BLAIKE, Norman. *Designing Social Research*. 2ª Edição. Cambridge: Polity Press, 2009.

BOURDIEU, Pierre apud THIOLENT. *Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Pólis, 1981.

CARRARO, A; JÚNIOR, A.; DAMÉ, O. É a economia, companheiro: uma análise empírica da reeleição de Lula com base em dados municipais. *Ibmec MG Working Paper*, 2007.

CONDÉ, E. S. Abrindo a Caixa Preta: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas. Juiz de Fora: *Revista do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública*. v.2. n.2. 2012.

CHINOY, E. *Sociedade: uma introdução à Sociologia*. São Paulo: Cultrix. Brasília, 1975.

DOWNS, A. *Uma teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

DYE, Thomas. *Understanding Public Policy*. 13.ed. New York: Longman, 2009.

EISENBERG, J. M.; VALE, T. C. S. C. Simulação Eleitoral: uma nova metodologia para a Ciência Política. *Opinião Pública*.

FIGUEIREDO, M. F. *Democracia, Comportamento Eleitoral e Racionalidade do voto*. Tese de doutorado em Ciência Política do Programa de pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

GHIRARDI, José G.; CUNHA, Luciana G. O voto do silêncio: abstenção eleitoral, representações de cidadania e participação política na pós-modernidade. *Revista Direito Mackenzie*, v. 6, n. 1, 2012.

GRAMACHO, W. G. *À margem das margens?* A precisão das pesquisas pré-eleitorais brasileiras em 2010. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 19, nº 1, junho, 2013.

LAZARFELD, P.; BERELSON, B.; GAUDET, H. *The People's Choice*. How the voter makes up his mind in a presidential campaign. Third Edition. Columbia University Press, New York and London, 1968.

LEAL, V. Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAGALHÃES, Raul. A reinvenção da Potentia. *Boletim do Centro de Estudos Direito e Sociedade (CEDES)*, jul-set, 2013.

MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969.

NICOLAU, J. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NICOLAU, Jairo. *Vermelhos e Azuis: um estudo sobre os determinantes do voto nas eleições presidenciais brasileiras (2002-2010)*. IX ENCONTRO DA ABCP. Brasília, DF 04 a 07 de agosto de 2014.

RADMANN, E. R. H. *O Eleitor Brasileiro: uma Análise do Comportamento Eleitoral*. Dissertação. Programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

SILVEIRA, F. E. *A decisão do voto no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SINGER, André Vitor. *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: A Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SITES CONSULTADOS

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=210565&idtema=118&search=maranhao|junco-do-maranhao|%C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm->. Acessado em 27 julho de 2016 às 20:43 horas.

<http://epoca.globo.com/tempo/eleicoes/noticia/2014/10/bdilma-x-aeciob-eleicao-que-divide-o-brasil.html> e <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/nas-revistas-a-eleicao-que-divide-o-brasil/>.

<http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>.

<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/nivel-de-abstencao-nas-eleicoes-e-o-mais-alto-desde-1998.html>. Acessado em 26 março de 2015.

<http://interagentes.net/?p=62>.

<http://marinasilva.org.br/biografia/>

<http://oglobo.globo.com/brasil/aecio-questiona-marina-sobre-contradicoes-da-nova-politica-13740672>.

<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,apos-reeleicao-de-dilma-eleitores-do-nordeste-sao-atacados-nas-redes-sociais,1583393>. Acessado em 27 julho de 2016, às 20:28 horas.

<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,alckmin-chama-manifestantes-de-baderneiros-e-vandalos,1041542>

<http://www.cartacapital.com.br/politica/programa-de-marina-tem-politica-economica-tucana-9654.html>

<http://www.ibtimes.co.uk/elections-2012-abstention-vote-402151>. Acessado em 24 de março de 2015, às 18h00min.

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298903-mpl-suspende-novas-manifestacoes-em-sao-paulo.shtml>.

<https://medialabufrrj.wordpress.com/2013/08/05/protestorj-atores-menores-fazem-a-rede/>.

www.mpl.org.br

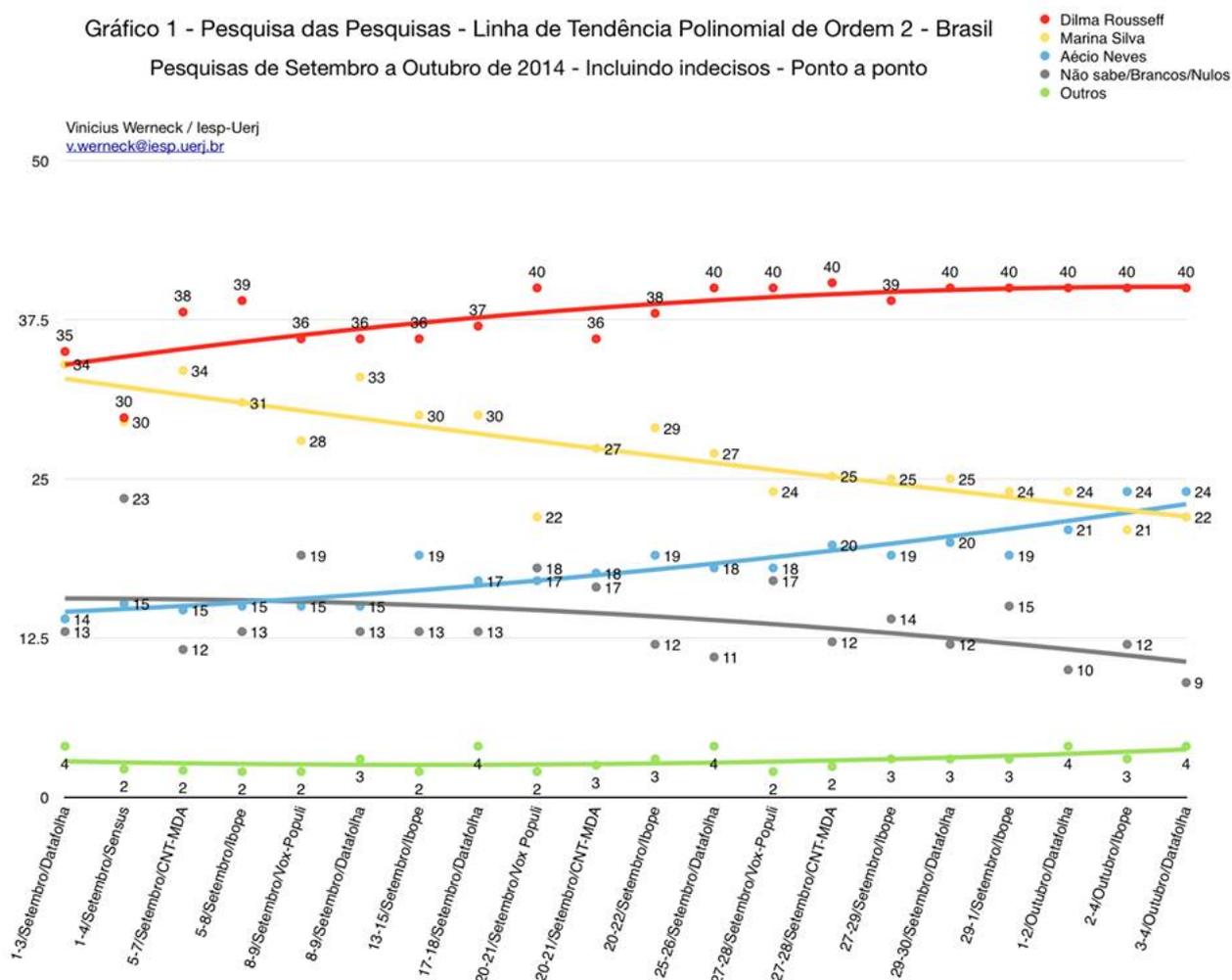
<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=10&uf=00>

<https://www.icpsr.umich.edu/icpsrweb/instructors/setup2008/background/public-policy.jsp>.

ANEXOS

ANEXO 1

Figura 1: Pesquisa das pesquisas – Linha de Tendência de Polinomial de Ordem 2 - Brasil



Fonte: <http://migre.me/v5oEW>. Acessado em 4 outubro de 2014.

ANEXO 2

Tabela 1: Quantidade de Parlamentares por Partido – 2014-2018

Quantidade de Parlamentares por Partido			
Partidos	Mandato 2010-2014	Mandato 2014-2018	Variação % (+ ou -)
PT	88	70	-20,45%
PMDB	71	66	-7,04%
PSDB	44	54	22,73%
PP	40	36	-10,00%
PSD	45	37	-17,78%
PSB	24	34	41,67%
PR	32	34	6,25%
PTB	18	25	38,89%
DEM	28	22	-21,43%
PDT	18	19	5,56%
PRB	10	21	110,00%
SDD	22	15	-31,82%
PSC	12	12	0,00%
PROS	20	11	-45,00%
PCdoB	15	10	-33,33%
PPS	6	10	66,67%
PV	8	8	0,00%
PSOL	3	5	66,67%
PHS	0	5	-
PTN	0	4	-
PEN	1	2	100,00%
PMN	3	3	0,00%
PRP	2	3	50,00%
PSDC	0	2	-
PTC	0	2	-
PRTB	0	1	-
PSL	0	1	-
PTdoB	0	1	-

Fonte: Câmara dos Deputados e TSE Disponível em: <https://xadrezverbal.com/2014/10/06/eleicoes-2014-o-congresso-nacional-analise-de-composicao/>. Acessado em: 6 outubro de 2014.

ANEXO 3

Tabela 2: Variação do desempenho eleitoral nos estados – 2010-2014

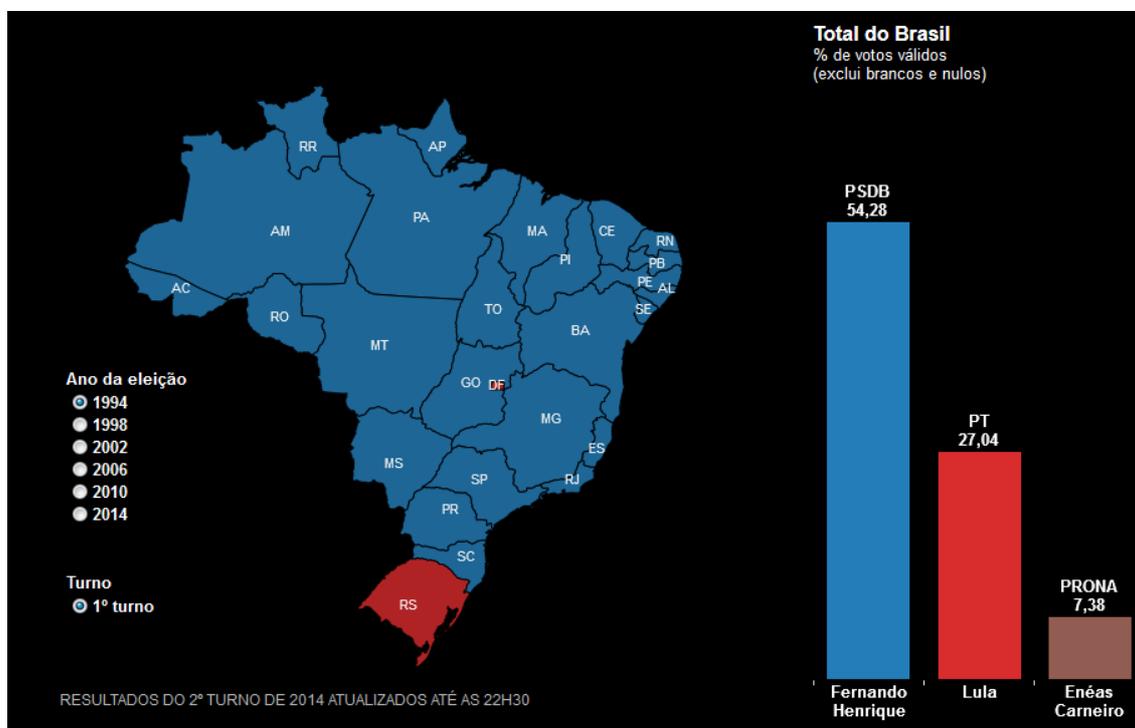
Eleições 2010			Eleições 2014			Δ p.p. (2014-2010)
Estado	Candidato	% válidos	Estado	Candidato	% válidos	
Acre	SERRA	69,66	Acre	AÉCIO	63,68	-5,98
Alagoas	DILMA	53,63	Alagoas	DILMA	63,62	9,99
Amapá	DILMA	62,66	Amapá	DILMA	61,45	-1,21
Amazonas	DILMA	80,57	Amazonas	DILMA	64,96	-15,61
Bahia	DILMA	70,85	Bahia	DILMA	70,15	-0,7
Ceará	DILMA	77,35	Ceará	DILMA	76,70	-0,65
Distrito Federal	DILMA	52,81	Distrito Federal	AÉCIO	61,90	9,09
Espírito Santo	SERRA	50,83	Espírito Santo	AÉCIO	53,85	3,02
Goiás	SERRA	50,75	Goiás	AÉCIO	57,11	6,36
Maranhão	DILMA	79,09	Maranhão	DILMA	78,60	-0,49
Mato Grosso	SERRA	51,11	Mato Grosso	AÉCIO	54,69	3,58
Mato Grosso do Sul	SERRA	55,13	Mato Grosso do Sul	AÉCIO	56,33	1,2
Minas Gerais	DILMA	58,45	Minas Gerais	DILMA	52,41	-6,04
Pará	DILMA	53,20	Pará	DILMA	57,12	3,92
Paraíba	DILMA	61,55	Paraíba	DILMA	64,26	2,71
Paraná	SERRA	55,44	Paraná	AÉCIO	60,98	5,54
Pernambuco	DILMA	75,65	Pernambuco	DILMA	70,25	-5,4
Piauí	DILMA	69,98	Piauí	DILMA	78,22	8,24
Rio de Janeiro	DILMA	60,48	Rio de Janeiro	DILMA	54,94	-5,54
Rio Grande do Norte	DILMA	59,54	Rio Grande do Norte	DILMA	69,96	10,42
Rio Grande do Sul	SERRA	50,94	Rio Grande do Sul	AÉCIO	53,53	2,59
Rondônia	SERRA	52,63	Rondônia	AÉCIO	54,94	2,31
Roraima	SERRA	66,56	Roraima	AÉCIO	57,97	-8,59
Santa Catarina	SERRA	56,61	Santa Catarina	AÉCIO	64,59	7,98
São Paulo	SERRA	54,05	São Paulo	AÉCIO	64,30	10,25

Sergipe	DILMA	53,56	Sergipe	DILMA	67,01	13,45
Tocantins	DILMA	58,88	Tocantins	DILMA	59,48	0,6

Fonte: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/dilma-vence-em-15-estados-aecio-em-12-e-no-df.html>. Acessado em: 27 julho de 2016.

ANEXO 4

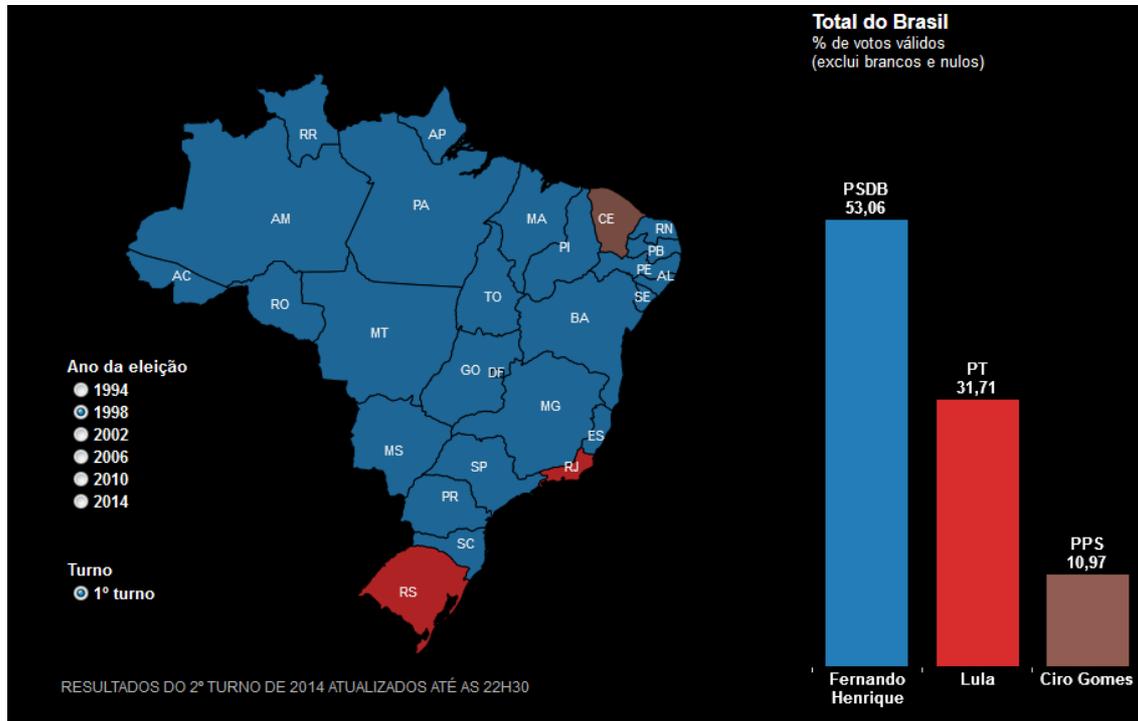
Figura 2: Mapa Eleições Presidenciais 1994 no Brasil – 1º turno



Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2014/10/117411-20-anos-de-disputas-presidenciais.shtml>. Acessado em: 06 outubro de 2014.

ANEXO 5

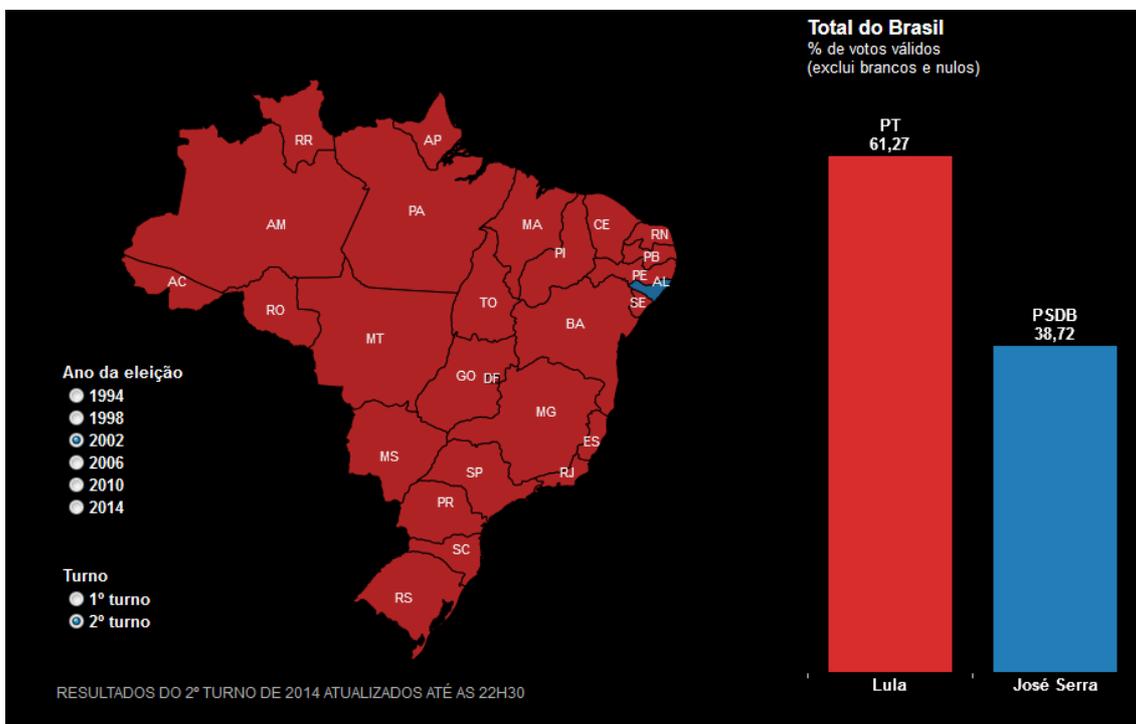
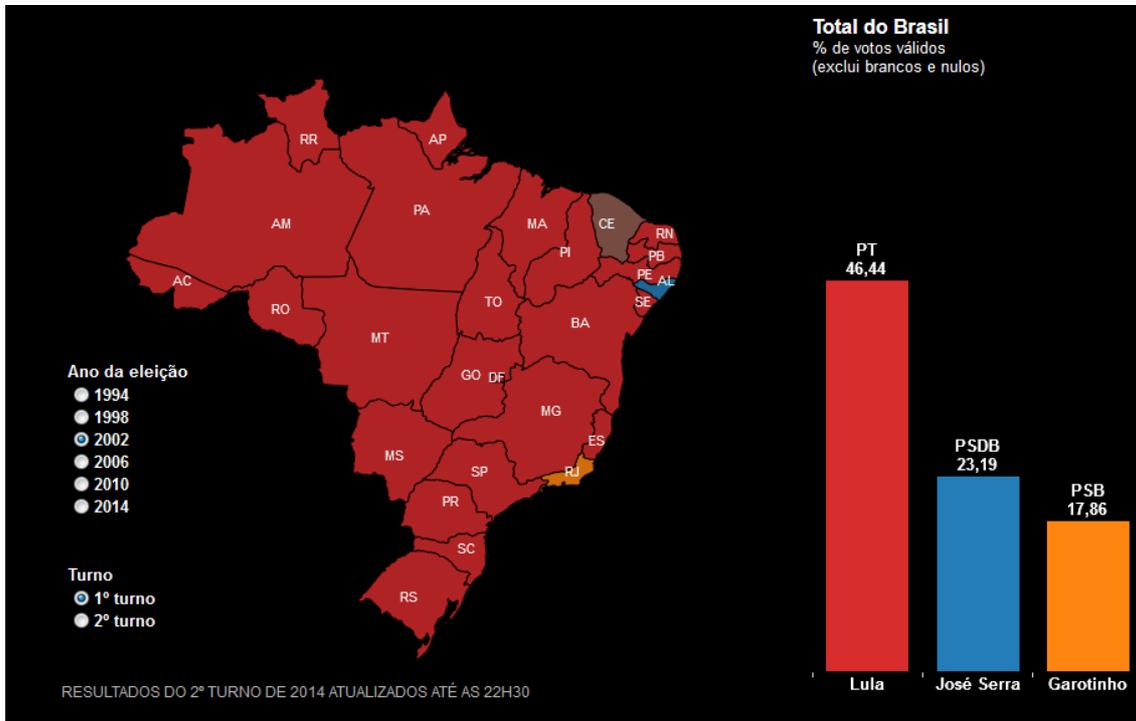
Figura 3: Mapa Eleições Presidenciais 1998 no Brasil – 1º turno



Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2014/10/117411-20-anos-de-disputas-presidenciais.shtml>. Acessado em: 06 outubro de 2014.

ANEXO 6

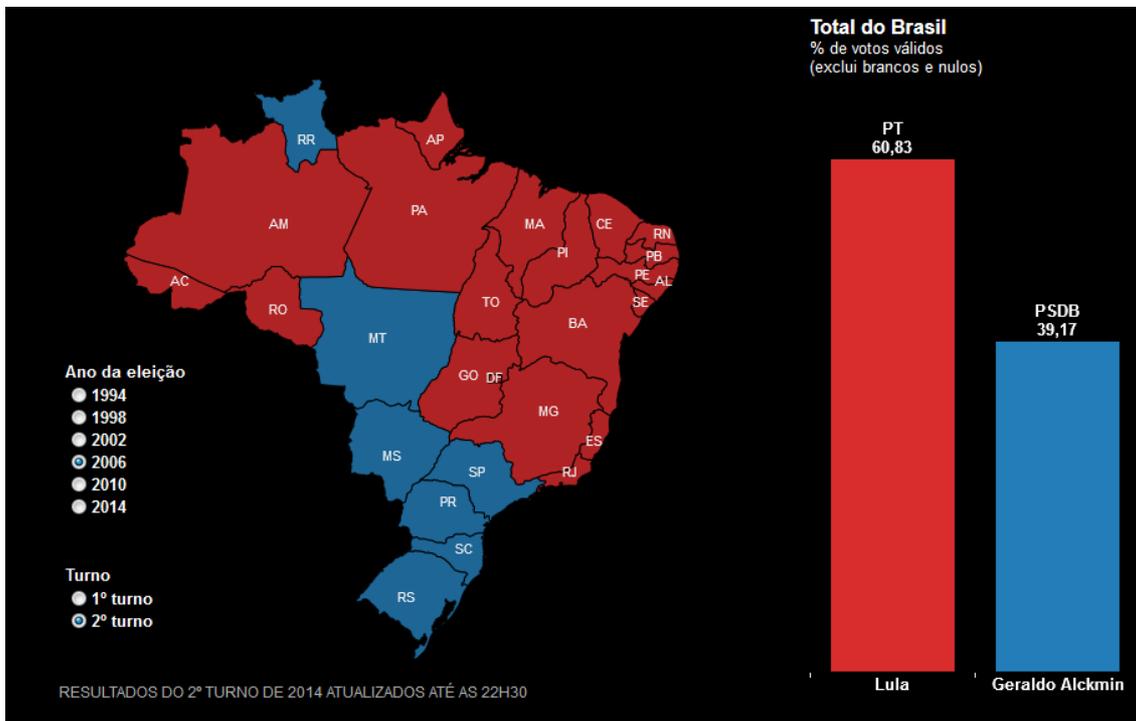
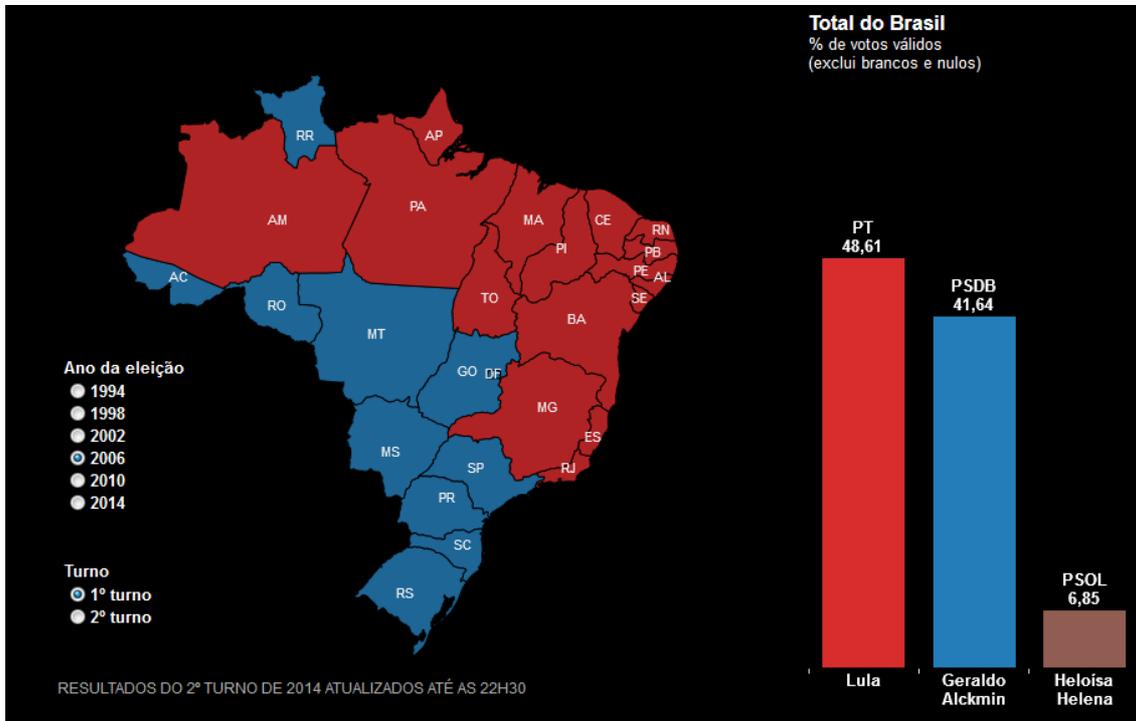
Figura 4: Mapa Eleições Presidenciais 2002 no Brasil – 1º e 2º turno



Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2014/10/117411-20-anos-de-disputas-presidenciais.shtml>. Acessado em: 06 outubro de 2014.

ANEXO 7

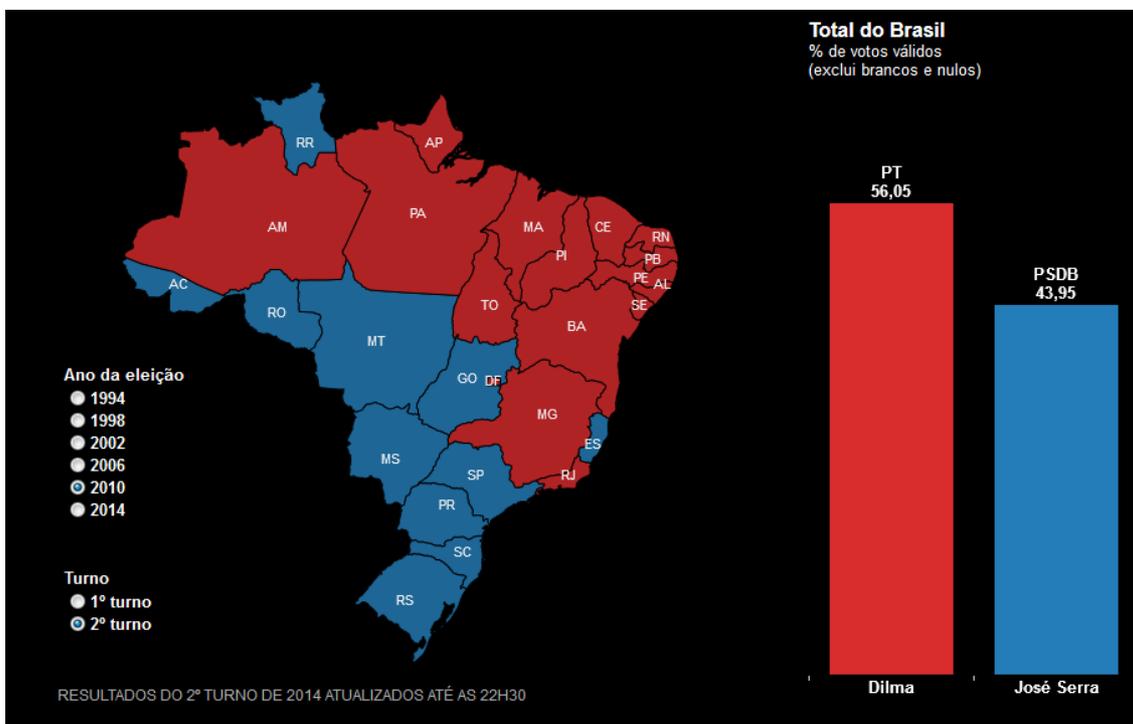
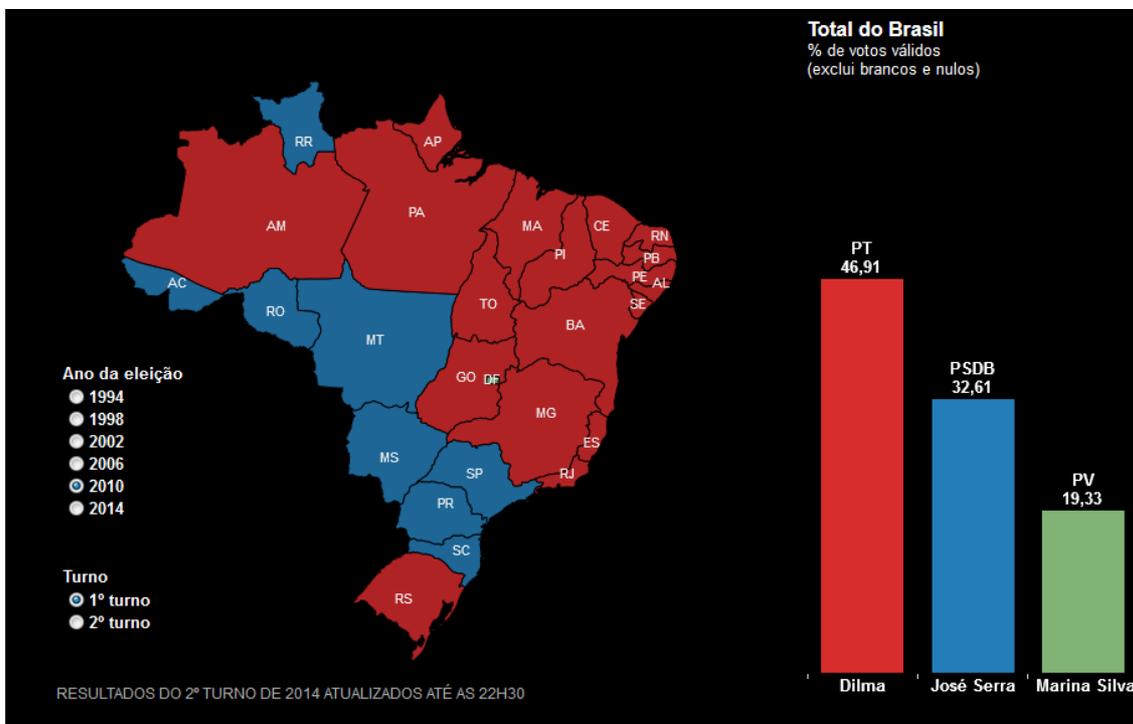
Figura 5: Mapa Eleições Presidenciais 2006 no Brasil – 1º e 2º turno



Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2014/10/117411-20-anos-de-disputas-presidenciais.shtml>. Acessado em: 06 outubro de 2014.

ANEXO 8

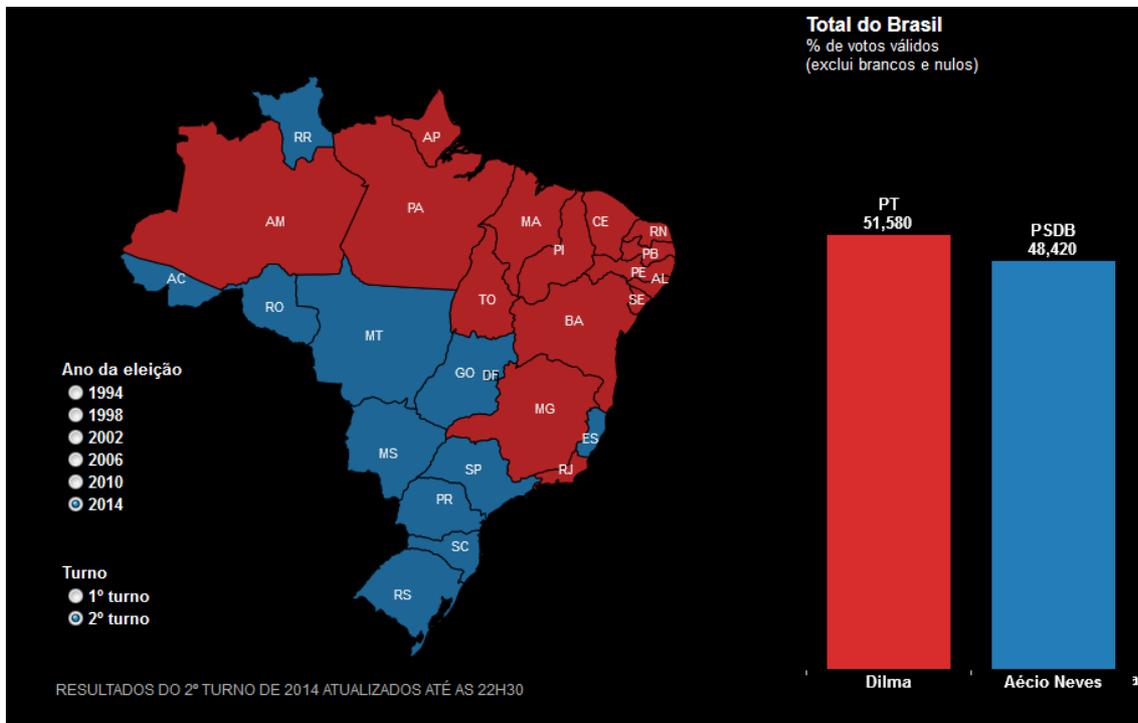
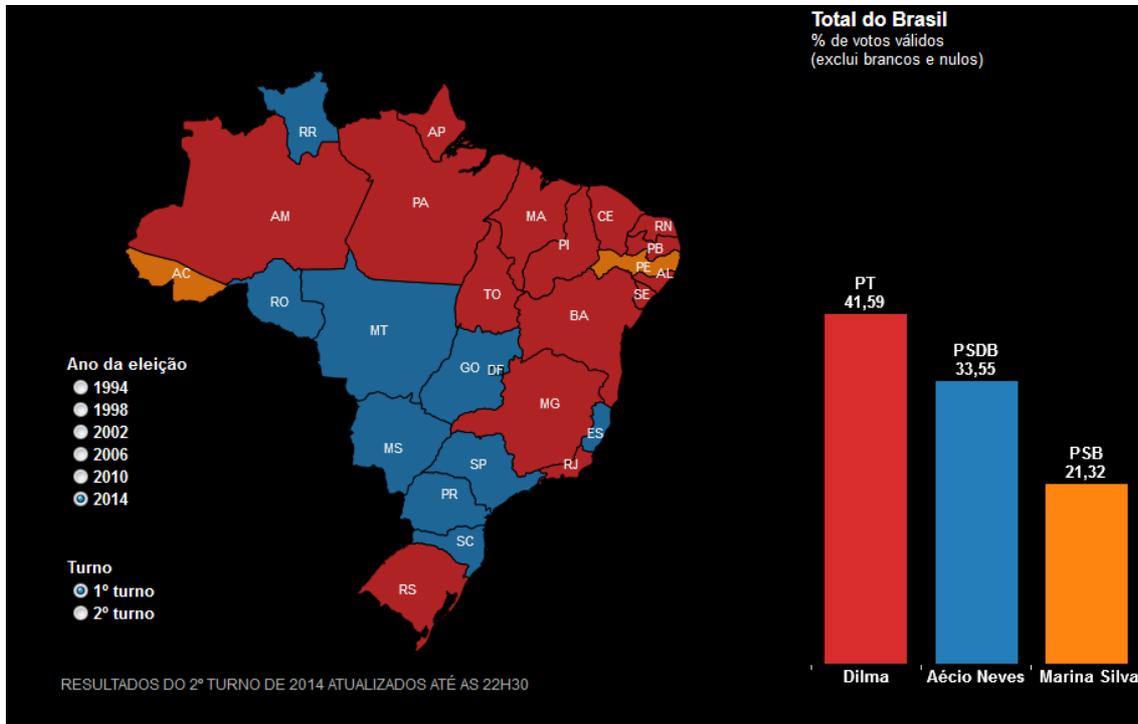
Figura 6: Mapa Eleições Presidenciais 2010 no Brasil – 1º e 2º turno



Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2014/10/117411-20-anos-de-disputas-presidenciais.shtml>. Acessado em: 06 outubro de 2014.

ANEXO 9

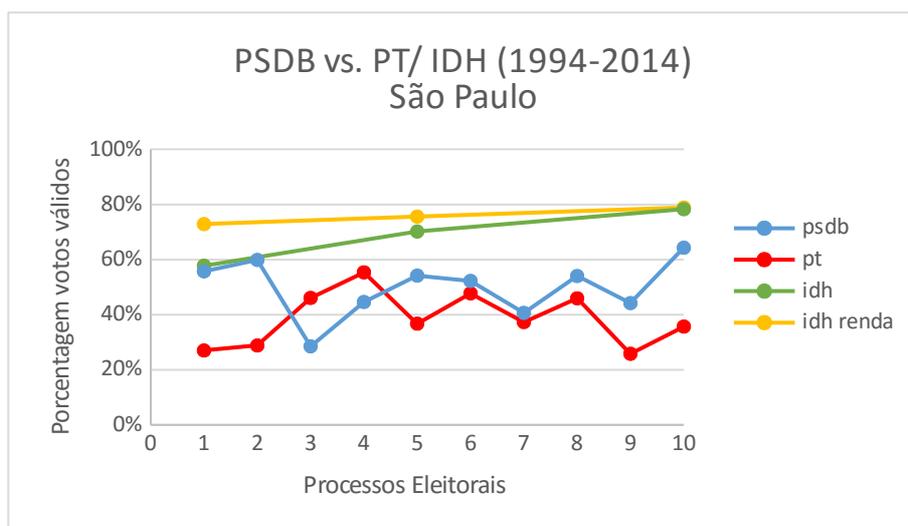
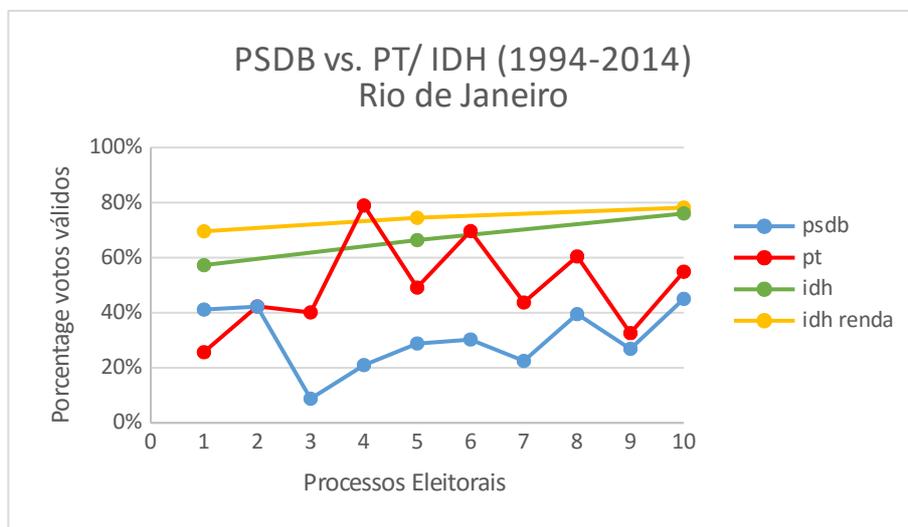
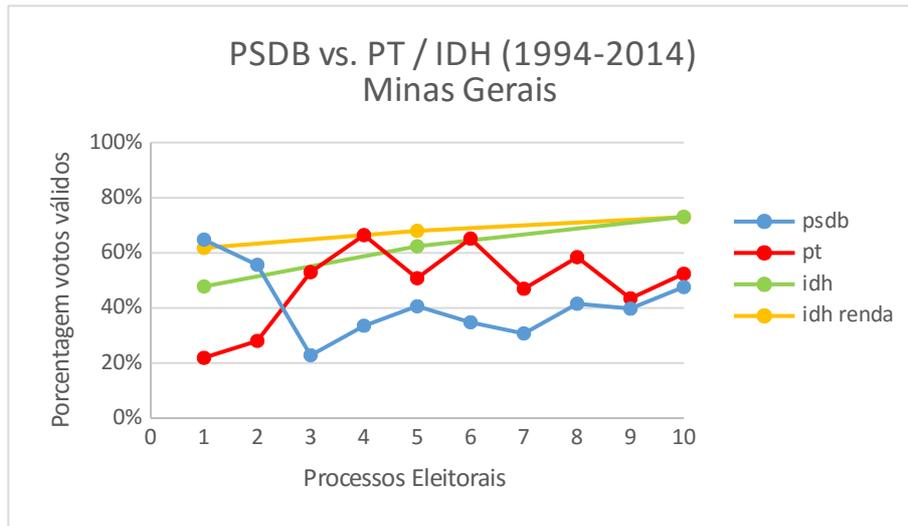
Figura 7: Mapa Eleições Presidenciais 2014 no Brasil – 1º e 2º turno

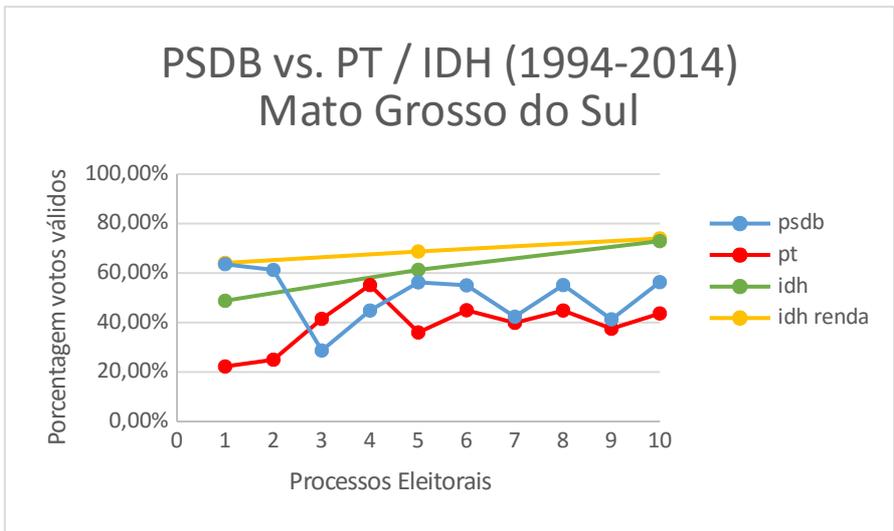
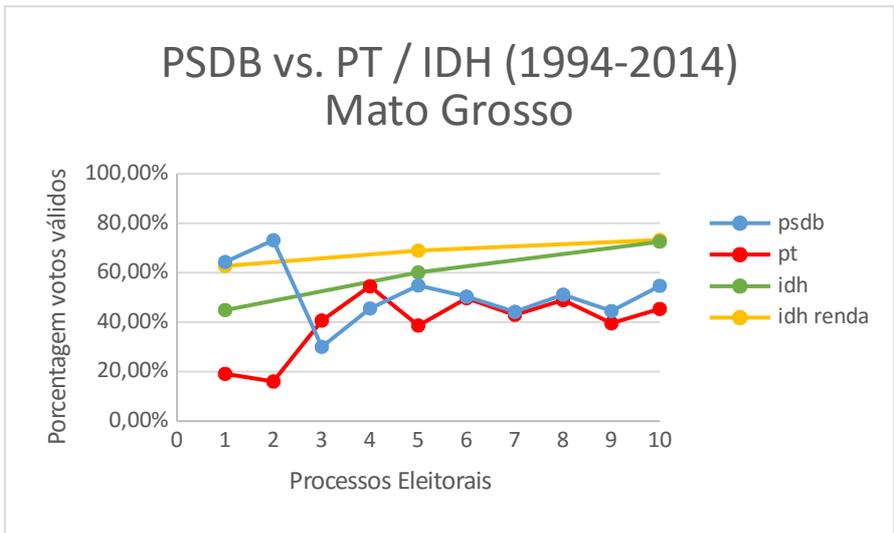
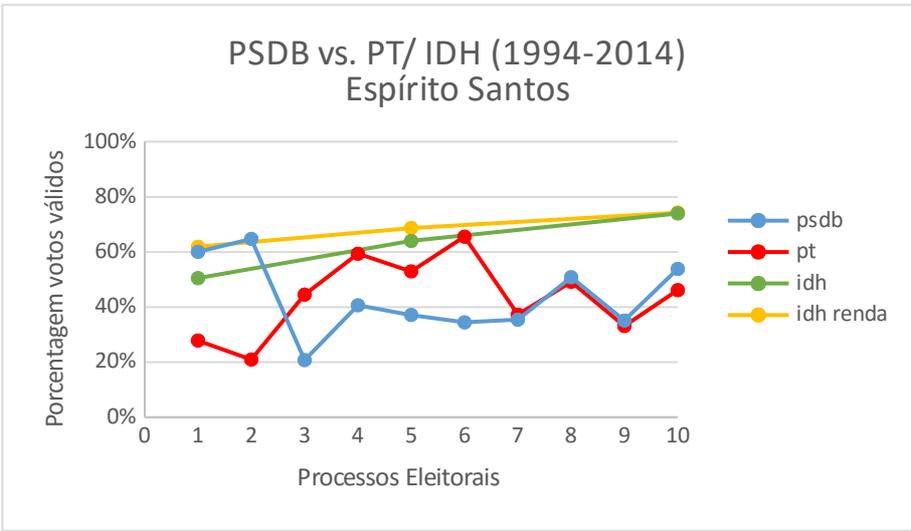


Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2014/10/117411-20-anos-de-disputas-presidenciais.shtml>. Acessado em: 06 outubro de 2014.

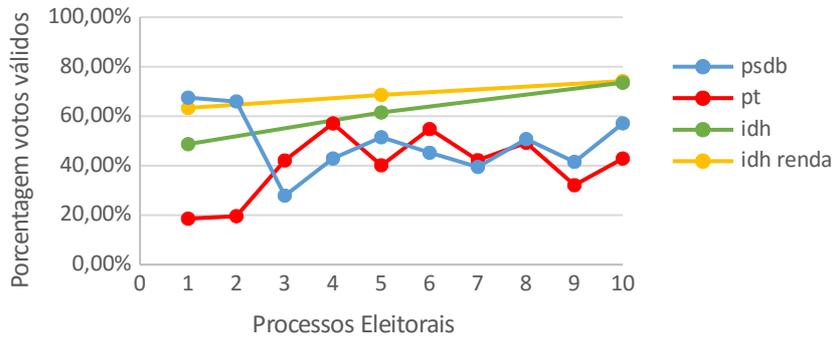
ANEXO 10

Figura 8: PSDB vs. PT / IDH por UF (1994-2014)

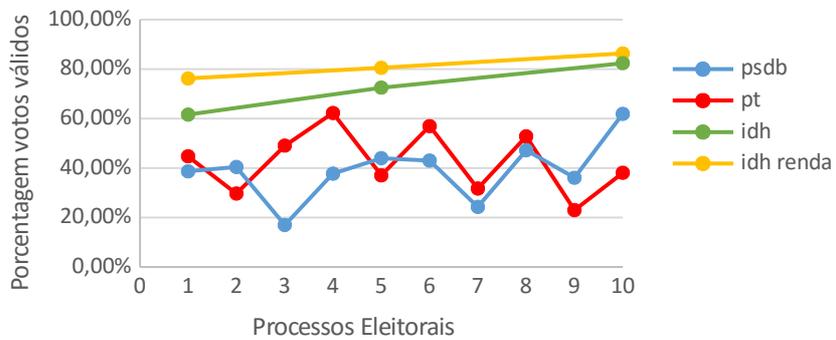




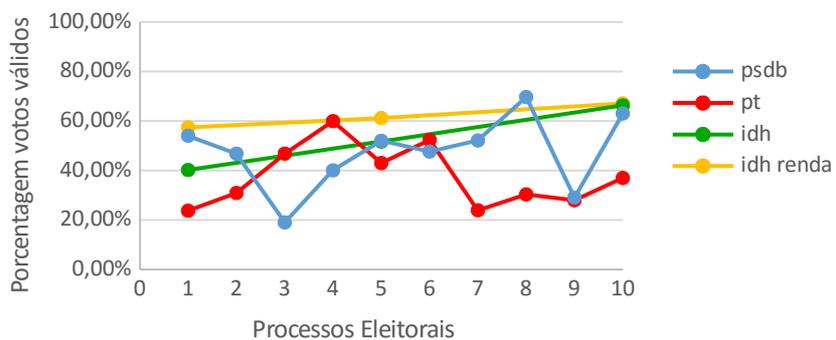
PSDB vs. PT / IDH (1994-2014) Goiás



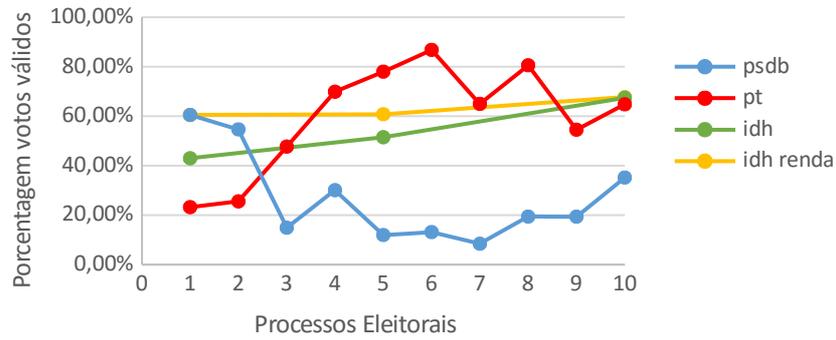
PSDB vs. PT / IDH (1994-2014) Distrito Federal



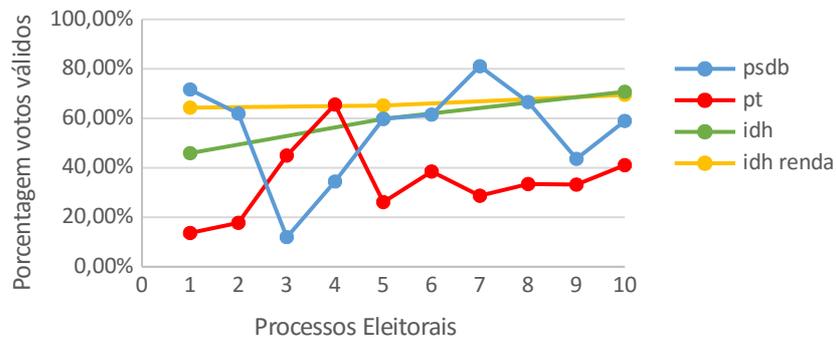
PSDB vs. PT / IDH (1994-2014) Acre



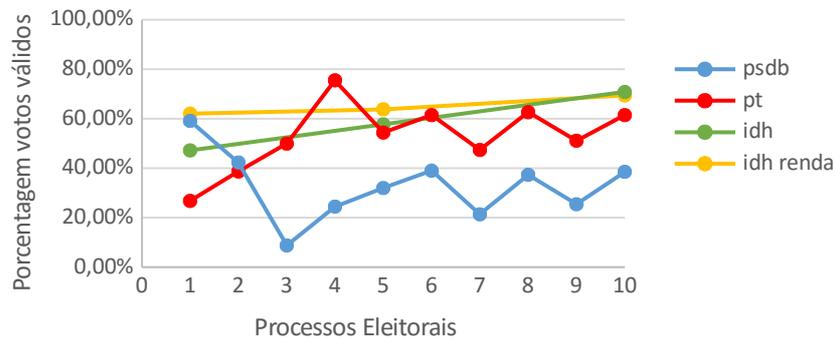
PSDB vs. PT / IDH (1994-2014) Amazonas



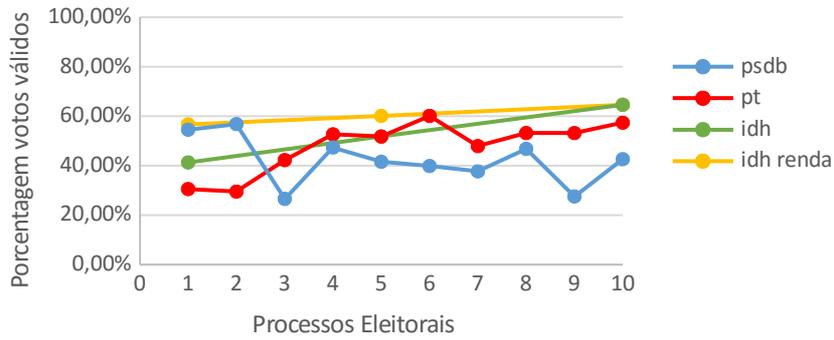
PSDB vs. PT / IDH (1994-2014) Roraima



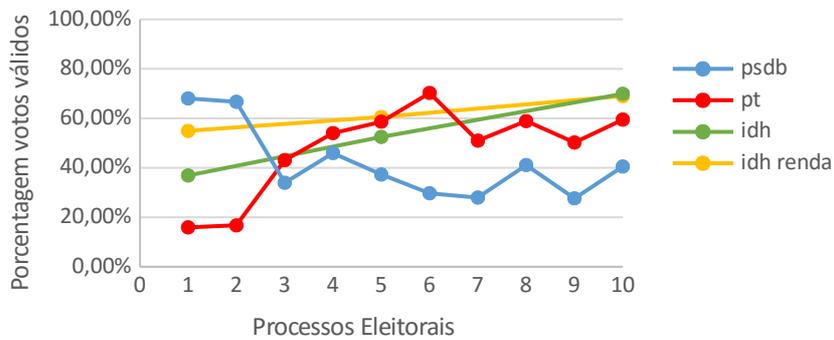
PSDB vs. PT / IDH (1994-2014) Amapá



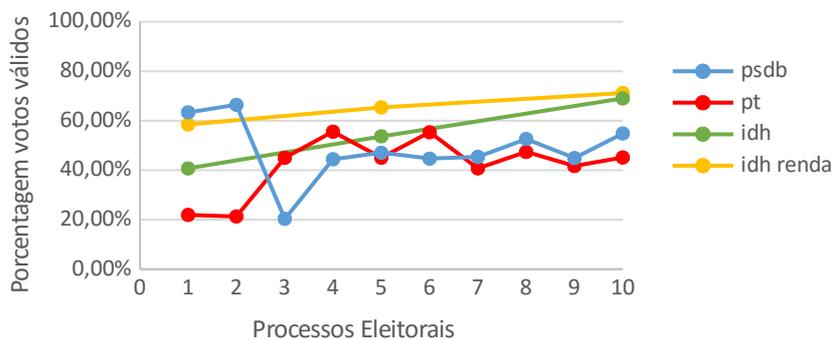
PSDB vs. PT / IDH (1994-2014) Pará



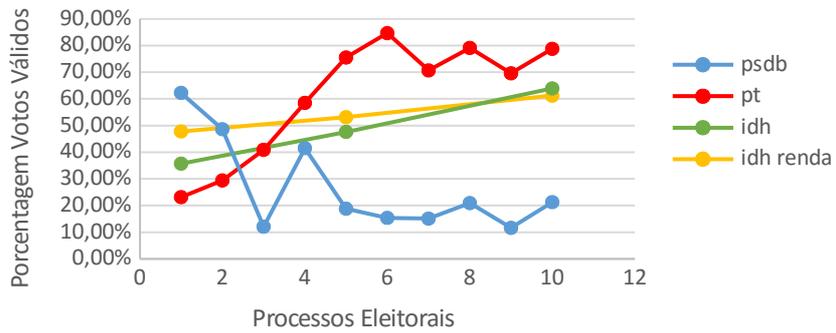
PSDB vs. PT / IDH (1994-2014) Tocantins



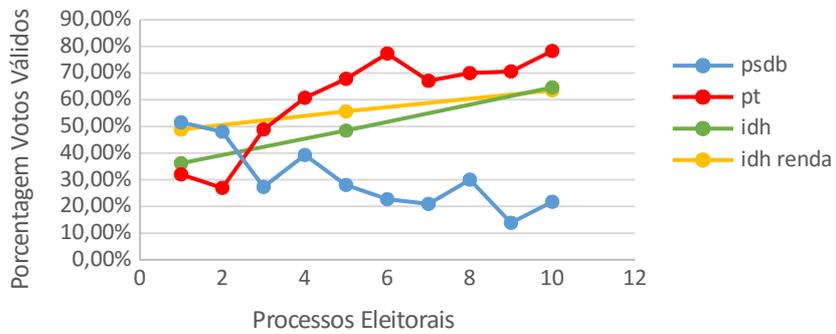
PSDB vs. PT / IDH (1994-2014) Rondônia



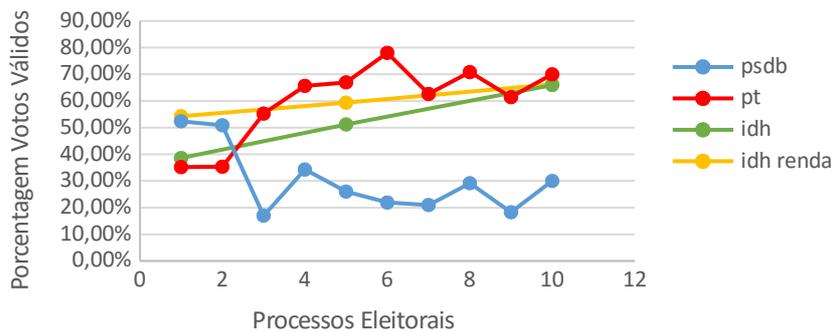
PSDB vs. PT / IDH (1994-2014) Maranhão



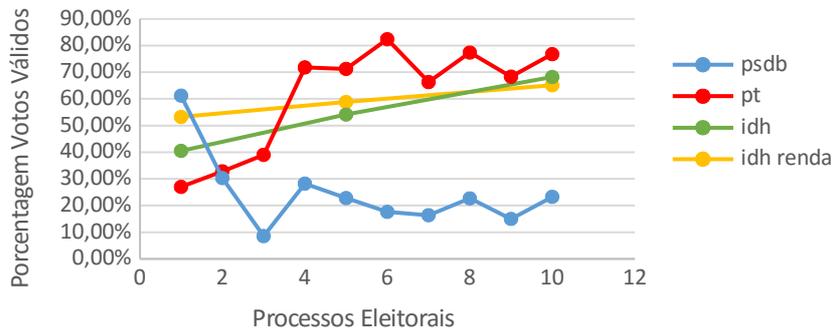
PSDB vs. PT / IDH (1994-2014) Piauí



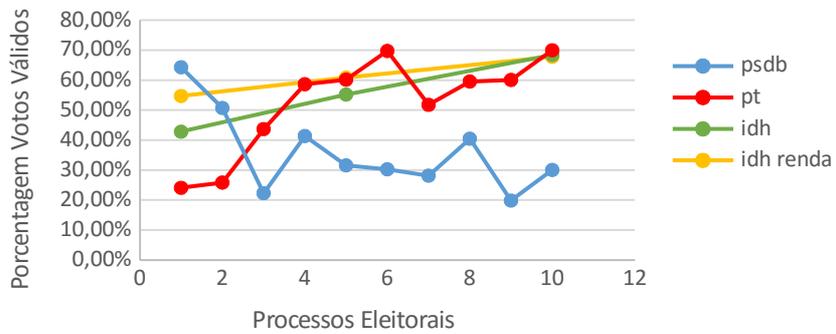
PSDB vs. PT / IDH (1994-2014) Bahia



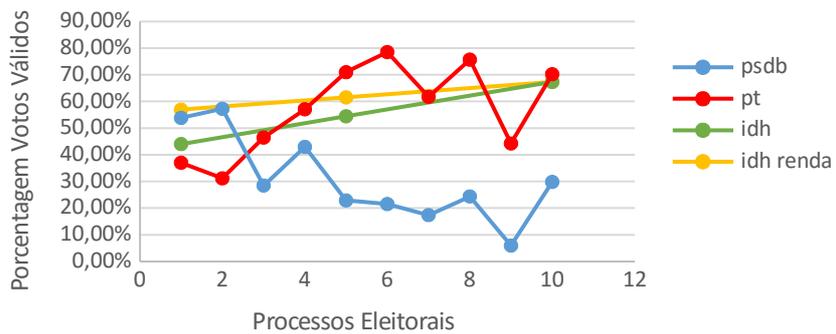
PSDB vs. PT / IDH (1994-2014) Ceará



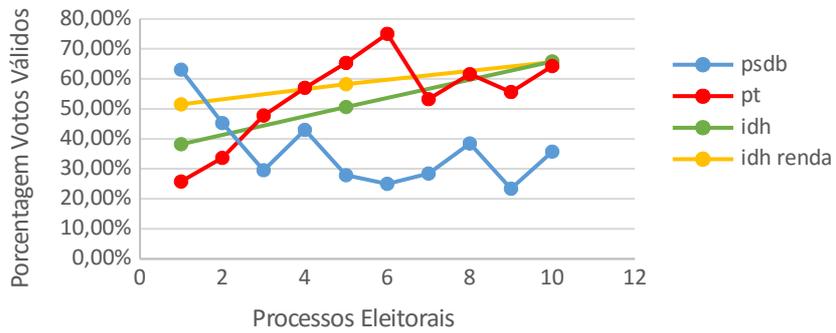
PSDB vs. PT / IDH (1994-2014) Rio Grande do Norte



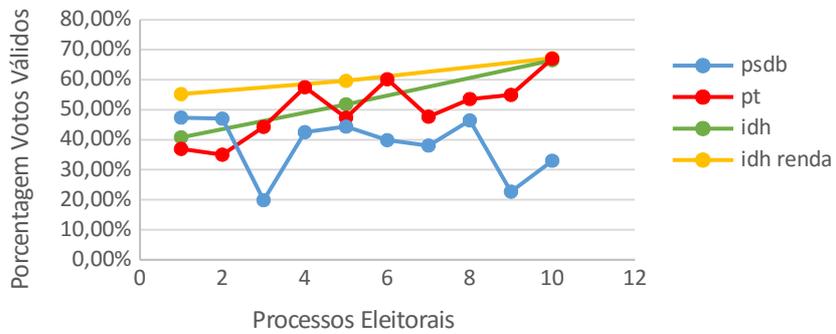
PSDB vs. PT / IDH (1994-2014) Pernambuco



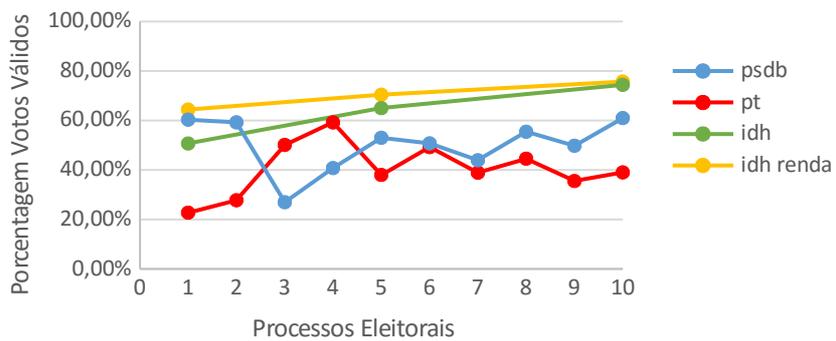
PSDB vs. PT / IDH (1994-2014) Paraíba

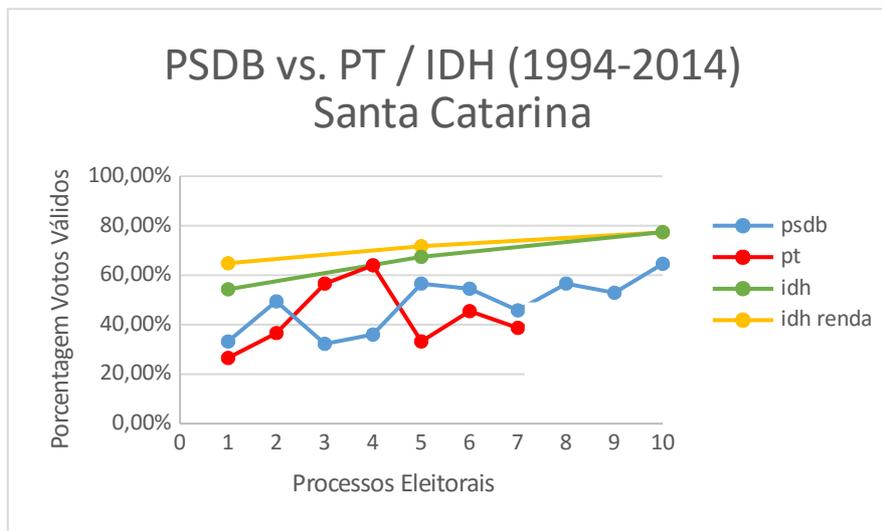


PSDB vs. PT / IDH (1994-2014) Sergipe



PSDB vs. PT / IDH (1994-2014) Paraná

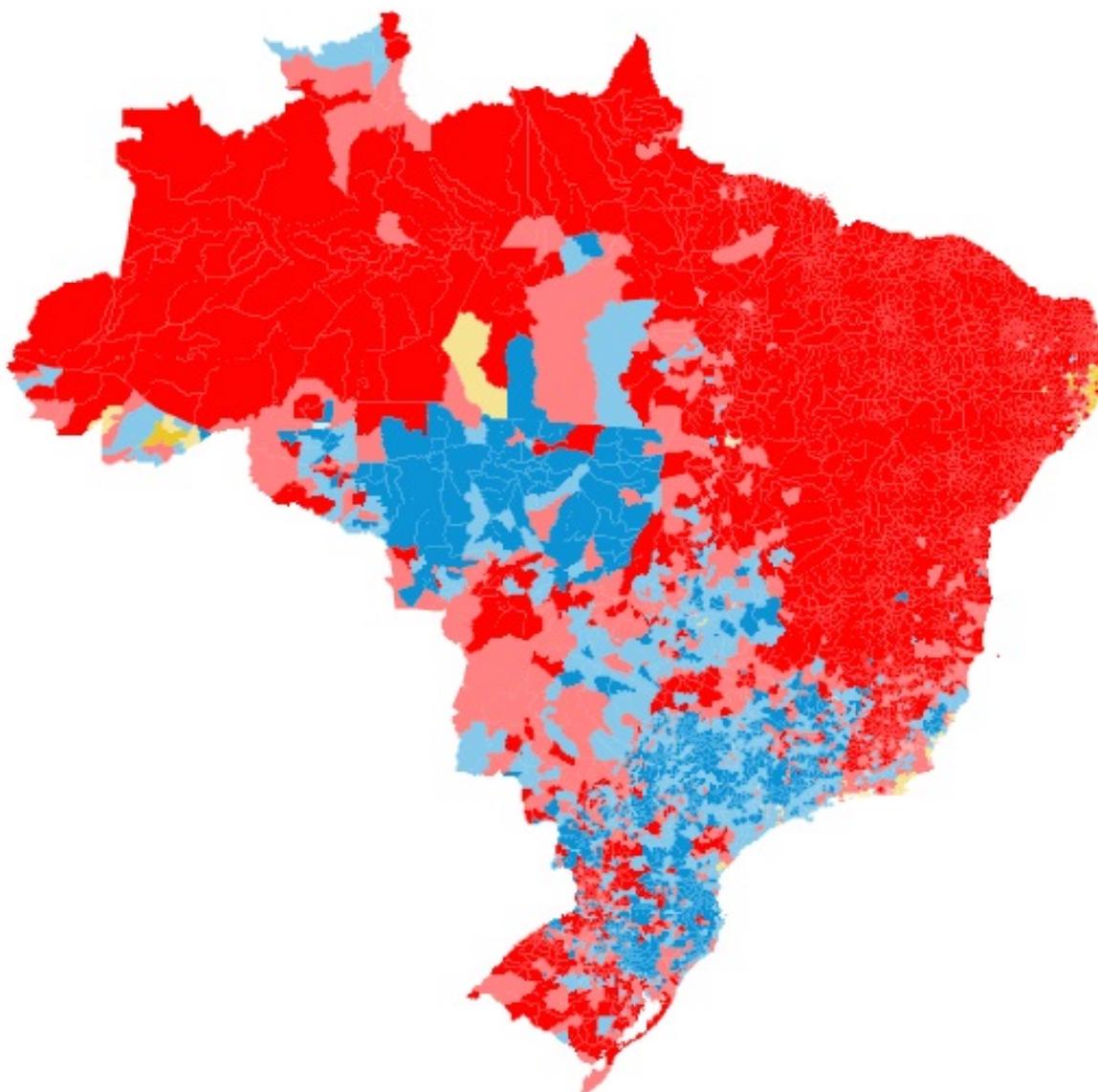




Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir dos dados do TSE.

ANEXO 11

Figura 9: Eleições 2014 por Cidade – Visão Geral



Fonte: <http://apuracao.g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/1-turno/presidente/brasil.html>.
Acessado em: 06 outubro 2014.

ANEXO 12

Tabela 3: Razão Eleitoral por UF/IDH

Razão eleitoral por UF / IDH		
UF	Razão Eleitoral	IDH 2010
MA	3,7	0,639
PI	3,6	0,646
CE	3,3	0,682
PE	2,3	0,673
BA	2,3	0,660
RN	2,3	0,684
SE	2,0	0,665
AM	1,8	0,674
PB	1,8	0,658
AL	1,6	0,631
AP	1,6	0,708
TO	1,4	0,699
PA	1,3	0,646
RJ	1,2	0,761
MG	1,1	0,731
RS	1,1	0,746
ES	1,1	0,740
MT	1,2	0,725
RO	1,2	0,690
MS	1,3	0,729
GO	1,3	0,735
RR	1,4	0,707
PR	1,5	0,749
DF	1,6	0,824
AC	1,7	0,663
SP	1,8	0,783
SC	1,8	0,774

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

ANEXO 13

Tabela 4: Desempenho eleitoral (em milhões de votos) por perfil dos municípios (2014)

Desempenho eleitoral (em milhões de votos) por perfil dos municípios (2014)			PT/PSDB
	PT	PSDB	
> 500 mil hab.	14,38	16,49	0,87
200 – 500 mil hab.	7,71	8,72	0,88
100 – 200 mil hab.	5,29	5,48	0,97
50 – 100 mil hab.	6,58	5,49	1,2
Até 50 mil hab.	20,48	14,71	1,39

Fonte: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/>. Acessado em: 27 julho de 2016.